



**Município de S. Pedro do Sul**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**2009**

**Câmara Municipal**

## ÍNDICE

<b>1 – Introdução</b> .....	1
1.1 – Apresentação .....	1
1.2 – Organização Municipal .....	1
1.3 – Síntese da Actividade Municipal .....	5
1.4 – Contextualização Económica Nacional e Internacional .....	9
<b>2 – Política Orçamental</b> .....	14
2.1 – Modificações aos Documentos Previsionais .....	14
2.2 – Execução Orçamental da Receita .....	15
2.3 – Execução Orçamental da Despesa .....	24
2.4 – Execução das Grandes Opções do Plano .....	38
2.5 – Indicadores Orçamentais .....	45
<b>3 – Situação Económica e Financeira</b> .....	48
3.1 – Análise do Balanço .....	48
3.2 – Análise da Demonstração de Resultados .....	52
3.3 – Indicadores Patrimoniais .....	55
3.4 – Evolução da Dívida Municipal .....	57
3.5 – Limites Legais de Endividamento .....	60
<b>4 – Contabilidade de Custos</b> .....	62
<b>5 – Proposta de Aplicação dos Resultados</b> .....	67
<b>6 – Factos Relevantes após o Termo do Exercício</b> .....	68
<b>7 – Perspectiva Futura</b> .....	69

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Apresentação**

O Município de S. Pedro do Sul apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2009, nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

O presente documento integra o conjunto de documentos de prestação de contas do Município e pretende apresentar e justificar os resultados da política orçamental e avaliar a situação financeira e patrimonial da entidade, utilizando, para o efeito, os dados apurados no final do exercício e os indicadores mais adequados.

### **1.2. Organização Municipal**

O Município de S. Pedro do Sul é composto pelos órgãos eleitos de matriz política, a Assembleia Municipal (órgão deliberativo) e a Câmara Municipal (órgão executivo), e por uma estrutura administrativa, composta pelos diversos serviços municipais. No último exercício, ocorreram alterações significativas na composição dos órgãos municipais em resultado das últimas eleições autárquicas.

#### **Assembleia Municipal**

A Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul é composta por 40 membros, dos quais 21 são eleitos directamente como deputados municipais e 19 indirectamente, por inerência do cargo de Presidentes de Junta de Freguesia.

*Presidente da Mesa:* Dra. Maria Ester Vargas de Almeida e Silva

## **Câmara Municipal**

O órgão executivo deste Município é composto por 7 membros, um Presidente e 6 Vereadores, a quem compete, num quadro de delegação e subdelegação de competências previamente estabelecidas, a responsabilidade pela definição e execução das políticas e estratégias municipais.

### ***Presidente:***

Dr. António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo

### ***Vereadores:***

Dr. José Alberto da Silva Alexandre e Sousa

*Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Divisão Financeira, Parque Industrial e Taxas e Licenças*

Dr. José Carlos Coelho Ferreira de Almeida

Eng<sup>a</sup>. Susana Ramos Almeida Matos

*Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Planeamento e Gestão Urbanística, Ambiente e Salubridade e Trânsito*

Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo

*Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Turismo, Florestas, Desenvolvimento Rural e Promoção Concelhia*

Dra. Olga Maria Coutinho Oliveira Madanelo

Prof. Rogério Fernandes Duarte

*Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Educação, Cultura, Desporto e Acção Social*



## **Estrutura Administrativa**

A estrutura administrativa do Município é constituída por um conjunto de unidades orgânicas, hierarquicamente organizadas em 2 Departamentos, 6 Divisões, que se subdividem em Gabinetes, Secções e outros serviços, de acordo com o seguinte organigrama:



### 1.3. Síntese da Actividade Municipal

Influenciado pela crise que se fez sentir, inicialmente financeira, e num segundo momento económica, o ano de 2009 ficou caracterizado pelo abrandamento geral da actividade e por dificuldades na generalidade dos agentes, que tornaram o ambiente económico mais tenso e moderado. A acrescer às consequências da crise, os processos eleitorais ocorridos determinaram o ritmo das relações económicas e influenciaram, inevitavelmente, o desenvolvimento das políticas definidas e a resposta às implicações decorrentes da conjuntura restritiva.

Mesmo condicionado pela imprevisibilidade associada aos cenários de crise, e após um exercício em que a diminuição da dívida e o equilíbrio financeiro foram as principais preocupações do executivo municipal e se desenvolveu uma série de iniciativas que permitiram situar os níveis de endividamento municipal dentro dos limites legais, o ano de 2009 ficou marcado, a nível económico, pelo aproveitamento dos novos incentivos enquadrados no QREN através da execução de diversos projectos, alguns deles de grande dimensão, e todos de elevada importância para o concelho.

Contudo, o ano de 2009 vai representar, para sempre, um marco importante na história do Município pela elevação da Vila a Cidade, confirmando o sucesso das políticas estruturadas desenvolvidas nos últimos anos, dando razão a quem afirmava que a antiga Vila, em conjunto com a zona de Várzea e Termas, possuía já uma malha urbana e um movimento económico com características citadinas.

Mas neste ano, este Município, racionalizando e optimizando os recursos disponíveis, teve também que compensar as dificuldades e restrições impostas aos munícipes pelas políticas restritivas, que não poderiam pôr em causa o bem-estar e a prosperidade das populações e dos restantes agentes económicos, sob pena de se entrar numa espiral de abrandamento que liquidaria grande parte da iniciativa económica existente e poderia pôr em causa alguns dos pilares de sustentabilidade do concelho. Todos os projectos desenvolvidos assumiram, assim, especial importância porque permitiram contornar alguns constrangimentos sentidos e contribuíram, com as suas



externalidades, para a manutenção do bem-estar da população. Refira-se que a actividade agora relatada e que produziu os resultados que se apresentam neste relatório foi já avaliada pelos munícipes, nas últimas eleições autárquicas.

Os investimentos feitos na rede viária são um exemplo do referido. Com o objectivo de melhorar as acessibilidades das localidades limítrofes à cidade e facilitar a circulação dentro da cidade, foi projectado um grande investimento que pressupôs a construção de um novo troço de ligação da zona da entrada da cidade à EN 227, complementado com o alargamento e melhoramento do traçado de parte da EN 16 que liga esta cidade a Viseu. Com o mesmo objectivo foi concretizada a ligação da Avenida Dr. Sá Carneiro à EN 16, que permitiu afastar do cruzamento junto ao Centro de Saúde, grande parte do trânsito que circulava entre a zona superior da cidade, as Termas e a ligação à A25. Apesar de ser um pequeno troço, foi já executado com estacionamento em ambos os sentidos e com duas rotundas em cruzamentos importantes, conferindo-lhes mais segurança e fluidez de tráfego. Foi também objecto de intervenção a Rua Serpa Pinto, zona central com grande concentração de comércio e serviços, que, devido ao novo asfaltamento e reorganização do trânsito que se passou a efectuar apenas num sentido, permitiu a criação de vários lugares de estacionamento e uma circulação com mais segurança.

Para além das intervenções na rede viária do perímetro da cidade, foram também executadas diversas obras que pretenderam melhorar/conservar as vias existentes nas diversas freguesias. Efectuaram-se vários alargamentos e repavimentações, entre outros trabalhos importantes, nas zonas mais distantes da sede de concelho e que permitiram uma melhoria considerável das acessibilidades e uma aproximação das zonas mais rurais aos serviços habitualmente localizados nas zonas mais centrais.

Para além dos projectos para a rede viária, que compreendem habitualmente investimentos mais avultados, outras áreas foram alvo da atenção do executivo municipal. Nas áreas da Educação e Cultura continuou-se o esforço no sentido de melhorar a generalidade das instalações e equipamentos, como é o caso da beneficiação das infra-estruturas dos jardins-de-infância e escolas do 1.º Ciclo, assim

como, o seu apetrechamento com vista à melhoria das condições pedagógicas dos vários níveis de ensino. Continuaram-se também os vários projectos já desenvolvidos em anos anteriores, com o objectivo de complementar as actividades previstas nos currículos oficiais de cada nível de ensino, como são exemplo as actividades de enriquecimento curricular, entre outras. Em termos culturais, a actividade centrou-se principalmente no Cine-Teatro, cuja programação considerou diversos eventos nas áreas do teatro e da música, tendo-se realizado também vários encontros, conferências ou palestras temáticas, para além de iniciativas pontuais e específicas desenvolvidas ao longo do ano, das quais se podem destacar as Festas da Cidade, a Feira do Livro, o projecto “Ilha das Letras”, entre outras. Para além das actividades directamente organizadas pelo Município, continuou-se o esforço de dinamização das associações do concelho, por forma a que as várias freguesias e suas localidades possam ter eventos mais específicos, que vão ao encontro das tradições e dos gostos específicos das suas populações.

O apoio ao associativismo promoveu-se também na área do desporto, através da concessão de incentivos financeiros para o fomento da prática desportiva saudável, principalmente junto das crianças e dos jovens. Com os vários equipamentos desportivos a funcionar em pleno e com infra-estruturas de qualidade, a criação de condições especiais de acesso dessas associações e clubes é também uma forma importante de promoção das actividades ligadas ao desporto e à ocupação dos tempos livres.

Para além destas áreas referidas, a atenção do executivo centrou-se também no ambiente e nos espaços verdes. Para além da preocupação com a manutenção dos parques e jardins existentes, alguns com condições adequadas para actividades lúdicas em família, como é o caso do parque do lenteiro do rio, e a construção de novas zonas ajardinadas, habitualmente adjacentes às novas construções, no Verão de 2009 aproveitou-se a intervenção urgente na Ponte de Pouves para criar mais um espaço de lazer, com zonas relvadas e condições para actividades junto ao rio, zelando-se para que as pessoas possam usufruir e estar em contacto com o que a natureza tem de melhor. A intervenção mereceu as melhores críticas e a afluência confirmou-as.

Nas restantes áreas de actuação, o esforço foi de continuidade e de melhoria do trabalho já feito. Na parte social mantiveram-se os apoios às famílias carenciadas e às suas habitações ou mesmo aos alunos com dificuldades económicas para que não abandonassem o ensino. Nas áreas do saneamento de abastecimento de água houve empenho para que os trabalhos não se baseassem na manutenção das redes existentes, mas que se ampliassem as infra-estruturas na medida do necessário para corresponder às necessidades das populações, na óptica de uma política de optimização dos recursos disponíveis.

A aposta no Termalismo continua a ser uma bandeira desta gestão. Através da empresa municipal Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, EEM tem-se continuado a promover as nossas termas e o turismo que lhe está associado, tentando sempre agregar às actividades termais, uma componente mais ligada à natureza, ao turismo rural e de montanha, em complemento da oferta existente, já que se entende que o turismo e o termalismo são as alavancas de desenvolvimento do nosso concelho e da região e permitem a consolidação de uma actividade económica directa ou indirectamente ligada a estas, que cria riqueza e emprego, contribuindo indiscutivelmente para a coesão económica e social da sua área de influência. Com a entrada em funcionamento do remodelado balneário D. Afonso Henriques, as termas ganharam novos argumentos na prestação de serviços de qualidade, que permitirão, assim se espera, um crescimento da frequência termal, principalmente nas épocas do ano em que a capacidade estava excedida, podendo por em causa a qualidade. Foi um esforço suplementar que trará retorno a médio prazo.

Também a nível interno foram desenvolvidos novos projectos ou consolidados os iniciados anteriormente, de cariz mais administrativo, mas de igual importância para o Município. Para além da implementação do sistema de contabilidade de custos, que permite o apuramento dos custos numa óptica mais pormenorizada possibilitando a identificação das áreas onde há desperdício de recursos, foram delineados vários projectos ligados à modernização administrativa, que têm como objectivo primordial a aproximação dos munícipes aos serviços municipais através da utilização das novas

tecnologias. Estes projectos incidem essencialmente sobre os processos administrativos, com vista à sua desmaterialização, e a utilização mais profícua de uma intranet e da internet, quer para benefício dos serviços, quer para benefício dos cidadãos.

A nível financeiro, manteve-se o equilíbrio orçamental e de tesouraria, fundamental para que a actividade municipal continue de forma sustentada e sem quaisquer penalizações, mantendo-se a dívida municipal em níveis perfeitamente suportáveis, de modo a não prejudicar os fornecedores do Município e cumprir os limites legais de endividamento, como, aliás, se poderá analisar ao longo deste relatório de modo mais detalhado.

Toda a actividade agora descrita resulta de uma preocupação constante em adequar as políticas e a actuação municipal às vontades e necessidades da população, tendo sempre presente que, em conjuntura de crise, as dificuldades são muitas e os recursos são mais escassos, devendo ser aplicados em medidas que garantam o maior retorno possível.

#### **1.4. Contextualização Económica Nacional e Internacional<sup>1</sup>**

Durante o ano de 2009, assistiu-se a uma recessão profunda da economia mundial com consequências sérias para a maioria das economias avançadas, que apresentaram uma quebra significativa do PIB. Esta recessão também provocou o desaceleramento das economias emergentes, embora com algumas economias destacadas (China e Índia) a continuarem a apresentar taxas de crescimento elevadas. Os motivos apontados como responsáveis para este quadro são já amplamente conhecidos e têm sido muito discutidos, destacando-se o alastramento da grave crise financeira internacional à economia real, a quebra do sector da construção imobiliária nos EUA e em alguns países europeus, entre outros, com abrangência mais reduzida, tais como, a distribuição assimétrica da liquidez, as dificuldades de crédito e dos riscos associados e

---

<sup>1</sup> Com base em informação publicada pelo Banco de Portugal e INE.

a deterioração dos mercados de trabalho, motivos estes associados e correlacionados, o que agravou as consequências do cenário e tornou mais difícil a sua identificação e ultrapassagem.

Neste contexto, a economia portuguesa, condicionada por um enquadramento externo particularmente desfavorável, em linha com o que vinha acontecendo em 2008, ano em que se sentiram, com particular ênfase, os efeitos enunciados anteriormente, registou, entre o último trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009, uma recessão técnica, apresentando dois trimestres consecutivos de variações reais do PIB negativas.

Face a este cenário, foram adoptadas várias medidas para que os efeitos da recessão não se tornassem mais prejudiciais e para que a recuperação se verificasse o mais rapidamente possível. Desenvolveram-se, destacadamente, medidas de estímulo monetário, orçamental e de apoio ao sistema financeiro, que vieram, ao longo de 2009, a contribuir para a redução considerável da volatilidade e dos níveis de aversão ao risco dos agentes económicos, contribuindo para contrariar a tendência de contracção da actividade económica e evitar outros efeitos negativos para a economia e permitir, no segundo semestre do ano, um período de recuperação moderada e gradual da actividade económica, tendo-se verificado já um crescimento positivo do PIB, face a períodos anteriores.

Assim, e face aos precedentes conjunturais negativistas, assistiu-se a uma redução real do PIB até ao terceiro trimestre de 2009, de 3,4%, reflectindo, à excepção do consumo público, uma contracção na generalidade das suas componentes, estimando-se uma contracção estimada de 2,6%, referente a todo o ano de 2009. No mesmo período, o mercado de trabalho evidenciou, igualmente, uma deterioração expressiva e destacada, resultando num forte aumento da taxa de desemprego e numa perda continuada, ainda que a ritmos irregulares, de empregos, resultando uma taxa de desemprego, no final do ano, superior a 10%. Também o nível de preços no consumidor registou uma redução, na ordem dos 0,8% face ao ano anterior, reflectindo os efeitos do abrandamento generalizado da actividade económica

nacional que implicou uma manutenção dos preços de várias componentes importantes, como é o caso das matérias-primas, em níveis inferiores aos de anos anteriores.

Adicionalmente, tem-se registado na economia portuguesa um conjunto de fragilidades de natureza estrutural, que têm contribuído para limitar o seu crescimento ao longo dos últimos anos, num contexto de aumento da concorrência nos mercados internacionais, fruto, em parte, da crescente afirmação das economias de mercados emergentes, algumas com características de exportação semelhantes às portuguesas. Estas fragilidades, associadas ao baixo contributo do factor trabalho para o crescimento, e aos novos desafios do enquadramento financeiro internacional, limitarão o arranque e a consolidação da actividade económica no médio prazo.

As perspectivas de recuperação da actividade económica portuguesa apresentam-se mais favoráveis em 2010, como reflexo dos sintomas favoráveis evidenciados em 2009. Vários estudos e projecções apresentados recentemente, apontam para um crescimento da actividade económica nacional na ordem dos 0,7%, que reflectirá a melhoria de um conjunto de factores, desde a melhoria da procura externa, ao crescimento do consumo privado, entre outros. As projecções prevêem também, talvez na sequência de políticas anunciadas, uma diminuição do consumo e investimento públicos, passando a caber à iniciativa privada, face à melhoria do sentimento relativo à recuperação, o papel de dinamizador na evolução deste agregado. Estima-se que o comércio internacional recupere significativamente, com variações positivas das exportações, e também, das importações, podendo originar um aumento do défice na balança de bens e o agravamento das necessidades de financiamento.

O mercado de trabalho deverá continuar com uma evolução desfavorável, não devendo, no entanto, verificar-se um agravamento substancial da taxa de desemprego, atendendo a que o ciclo económico favorável contribuirá para um desempenho mais moderado. Estima-se igualmente que a inflação aumente em 2010, podendo aproximar-se dos 0,8%.

Contudo, não obstante os factores conjunturais favoráveis apresentados, a recuperação da actividade económica portuguesa enfrenta desafios que vão para além destes. Se por um lado, a crise internacional pode ter posto em causa o equilíbrio da actividade económica mundial, o que afecta inevitavelmente a dinâmica económica portuguesa, por outro, as fragilidades de natureza estrutural já referidas anteriormente deverão ter um impacto muito significativo no abrandamento do crescimento do produto e no processo de convergência real para os níveis da zona euro. As fragilidades resultantes do baixo nível de qualificação da mão-de-obra, do funcionamento do mercado do trabalho e do sistema de justiça prejudicam o investimento, principalmente estrangeiro e de base mais tecnológica, o qual se revelou essencial no passado, para assegurar um crescimento sustentado da produtividade e, por conseguinte, do produto.

Desta forma, para que se potencie e se consolide o crescimento é necessária uma estratégia de consolidação orçamental, numa perspectiva de médio prazo, com especial enfoque na racionalização das despesas públicas, na simplificação e eficiência do sistema fiscal e na optimização dos recursos financeiros. O Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado à União Europeia contém já rigorosas indicações nestes aspectos e que poderão ter consequências na actuação das administrações e nas famílias. Para além deste esforço, deverá haver a tendência para que se aproveite a recuperação da procura mundial, no sentido da dinamização dos agentes económicos e melhoria da produtividade e competitividade.

A acrescer a estas medidas, atendendo às discussões públicas pelos diversos intervenientes institucionais, perspectiva-se um esforço na discussão de melhorias nos sistemas de educação e justiça, associado a uma melhoria na regulamentação dos mercados, quer o laboral, quer nos sectores de maior influência económica. Contudo, o elevado endividamento do sector privado, num contexto de aumento da dívida do sector público e baixo crescimento tendencial, pode implicar condições de financiamento nos mercados internacionais menos favoráveis, traduzindo-se num aumento dos prémios de risco, o que se traduzirá num ambiente de maiores

dificuldades internas e incerteza que poderão fazer a diferença na dinâmica de crescimento da economia nacional.

## **2. POLÍTICA ORÇAMENTAL**

Os documentos previsionais para 2009 foram elaborados com base no planeamento político e nas previsões da actividade municipal, no estreito cumprimento dos princípios contabilísticos, orçamentais e das regras previsionais definidas no POCAL. Tratando-se de um período de crise generalizada com reflexos directos em algumas áreas localmente importantes, estes documentos revelaram também uma atitude preventiva e ponderada do executivo, tendo em conta a vulnerabilidade da actividade económica e a volatilidade dos mercados mais específicos e com maior incidência no concelho.

Desta forma, tendo presentes estas reservas e não descurando as restrições legais de endividamento, pretendeu-se elencar o conjunto de projectos e acções necessárias e dar prioridade aos investimentos que melhor satisfizessem as necessidades dos munícipes e maior retorno proporcionassem, sem que se assumissem demasiados riscos e sem pôr em causa o seu equilíbrio municipal.

### **2.1. Modificações aos Documentos Previsionais**

Conforme atrás referido, os documentos previsionais foram elaborados com base nos preceitos impostos pelo POCAL, havendo, portanto, uma aproximação o mais real possível à actividade municipal prevista no momento da sua elaboração. Contudo, no decorrer do exercício, surgem sempre alterações aos pressupostos que serviram de base às previsões efectuadas ou mudanças na forma de execução de alguns projectos, o que requer alterações nas dotações das rubricas orçamentais, quer da despesa, quer da receita, quer ainda da designação, classificação ou planificação financeira de projectos englobados nas Grandes Opções do Plano.

Por estes motivos, durante o exercício de 2009, foram efectuadas 32 alterações ao Orçamento e 27 alterações às Grandes Opções do Plano que se consubstanciaram

essencialmente em transferências de dotações em excesso de várias rubricas para outras onde estas se revelaram insuficientes, por forma a adaptar estes instrumentos ao dinamismo da actividade autárquica e do funcionamento dos serviços. Efectuaram-se, ainda, duas revisões orçamentais motivadas pela necessidade de incorporação do saldo da gerência anterior para utilização no exercício corrente, no caso da primeira revisão, e no reescalonamento do projecto com participação comunitária dos centros escolares, no segundo caso.

Das modificações orçamentais efectuadas, do lado da despesa resultou um valor de reforços de 12,826 milhões de euros e um valor de anulações de 11,555 milhões de euros, enquanto que do lado da receita se verificaram reforços no total de 2,540 milhões de euros e anulações no valor de 1,268 milhões de euros. Desta forma, em resultado de todas as modificações efectuadas, o valor do orçamento inicial foi aumentado em cerca de 1,272 milhões de euros. As modificações às Grandes Opções do Plano levaram a uma diminuição do seu valor inicial em aproximadamente 1,526 milhões de euros.

#### Q1. Modificações Orçamentais

(valores em €)

Designação	Dotações Iniciais	Modificações	Dotações Corrigidas
Orçamento	24.855.825,00	1.271.588,00	26.127.413,00
GOP	10.596.080,00	-1.526.468,00	9.069.612,00

## 2.2. Execução Orçamental da Receita

As receitas totais cobradas no exercício de 2009 totalizaram 16,510 milhões de euros, valor este conseguido devido a uma cobrança bastante satisfatória das receitas correntes, que atingiu os 9,928 milhões de euros, e de uma execução das receitas de capital que permitiu obter o valor de 6,042 milhões de euros. As rubricas consideradas como outras receitas apresentaram, como é habitual, valores muito reduzidos, podendo contudo, destacar-se o valor obtido por utilização do saldo da gerência



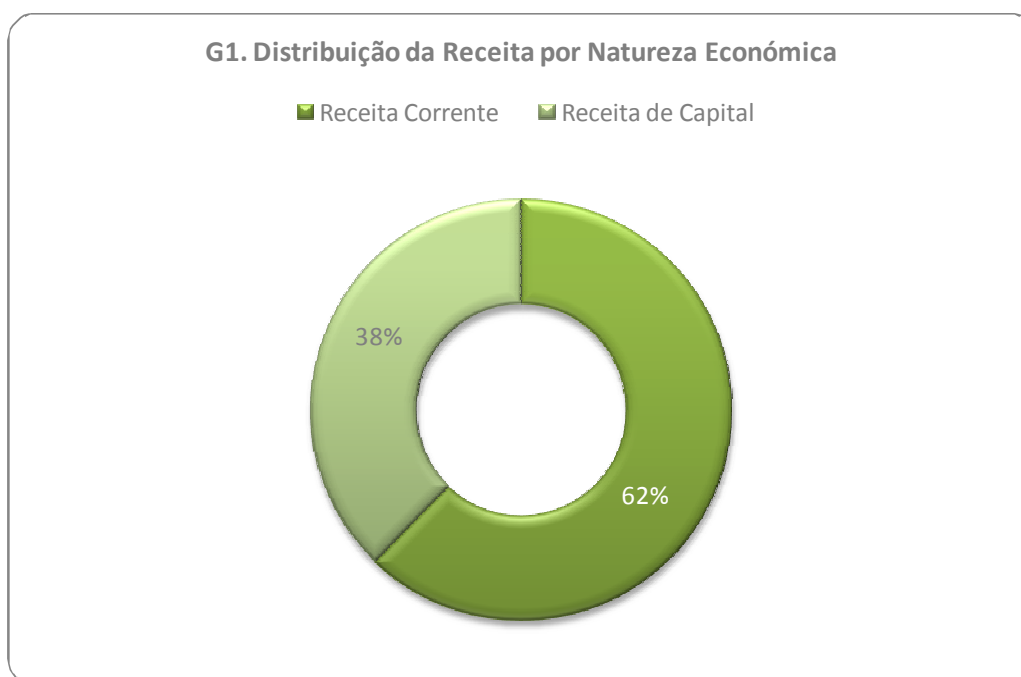
anterior, no montante de cerca de 540 mil euros. A distribuição dos valores cobrados pela sua natureza económica permite concluir que, do total das receitas, 62% são de natureza corrente, enquanto que as receitas de capital representam 38%.

Comparando os valores cobrados com as previsões efectuadas, pode verificar-se que a taxa de execução total da receita se situou em 63%, podendo considerar-se um valor bastante aceitável face às condições e exigências actuais e às dificuldades vividas durante o exercício, principalmente traduzidas na dificuldade de cobrança de algumas receitas importantes, nomeadamente, de fundos comunitários e de transferências da parte retida do fundo de equilíbrio financeiro, em atraso desde a verificação do cumprimento dos limites legais de endividamento por parte do Município. Note-se que os valores considerados nas previsões correspondem às dotações corrigidas, que resultam das modificações efectuadas às dotações iniciais ao longo do exercício.

A taxa de execução por natureza apresenta, contudo, diferenças significativas, mas não surpreendentes, já que as receitas correntes, pelas suas características são receitas menos voláteis e previstas com base nas regras previsionais definidas no POCAL, o que, por estes motivos, não permite desvios significativos, uma vez que se utilizam, na maioria das rubricas, médias aritméticas do histórico mensal de cobranças. Já as receitas de capital englobam valores que dependem muito mais das condições dos mercados e dos agentes económicos, nomeadamente os provenientes da venda de bens de capital, ou de transferências de terceiros e financiamento externo para investimentos municipais, normalmente de montantes avultados e de complexa previsão, com tendência a apresentar desvios muito mais relevantes e dependentes de factores externos. Por este motivos, as receitas correntes apresentaram uma taxa de execução de 79%, enquanto que as receitas de capital se ficaram pelos 46%.

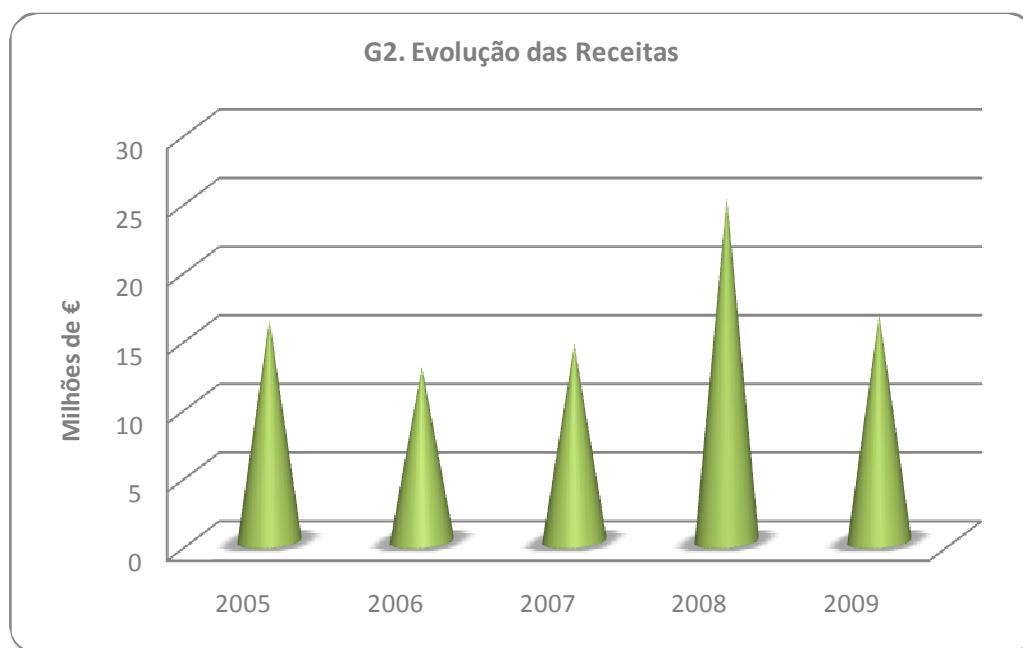
## Q1. Execução das Receitas por Natureza

Designação	Dotação (€)	Cobrança (€)	% Execução
Receita Corrente	12.575.616,00	9.928.431,43	78,95
Receita de Capital	13.011.770,00	6.041.545,23	46,43
Outras Receitas	540.017,00	540.065,43	100,01
<b>Total</b>	<b>26.127.403,00</b>	<b>16.510.042,09</b>	<b>63,19</b>



Analisando a evolução da receita total cobrada por exercício desde 2005, pode concluir-se que, com excepção do ano de 2008, que registou um valor excepcionalmente elevado devido à alienação do balneário D. Afonso Henriques à Termalitur, EEM, o valor obtido em 2009 é o mais elevado dos últimos 5 anos, o que demonstra o bom desempenho municipal e confirma a tendência de crescimento em resultado das estratégias do executivo para aumentar a sua execução financeira. É de sublinhar, ainda, que, apesar de receita ter decrescido cerca de 34% em relação a 2008 pelos motivos já enunciados, se retirarmos o efeito da venda do activo referido à empresa municipal, concluímos que a receita municipal cresceu aproximadamente

20%, o que é notável, atendendo a que em 2009 o Município não afectou qualquer alienação de património.



### Receitas Correntes

Conforme já foi referido, as receitas correntes atingiram, em 2009, os 9,928 milhões de euros, tendo-se verificado um acréscimo de cerca de 9% em relação aos valores registados em 2008, ou seja, foram cobrados mais 810 mil euros. Atendendo ao ambiente restritivo e ao facto de este tipo de receitas ser, de certa forma, mais rígido e menos controlável, já que se trata essencialmente de impostos e taxas, vendas correntes, transferências e rendimentos de propriedade, é uma variação que se pode considerar muito positiva porque ocorreu quando todos os factores conjunturais levavam a que as previsões apontassem no sentido contrário.

A rubrica que mais contribui para o valor obtido, destacadamente, foi a de *transferências correntes*, que apresentou uma execução de 5,635 milhões de euros, representando cerca de 60% do valor total corrente. As rubricas de *rendimentos de propriedade* apresentaram também, no ano em análise, um valor considerável em

resultado de um grande crescimento (de 51%) devido, essencialmente, ao aumento do montante das participações na produção dos parques eólicos e nas contrapartidas financeiras provenientes da Termalitur, EEM, já que, no que se refere a estas últimas, forma cobradas em 2009 contrapartidas referentes ainda a 2008, originando um aumento do seu valor total.

As rubricas de *vendas de bens e serviços correntes e impostos directos* atingiram também, cada uma, valores superiores a 1,3 milhões de euros, tendo ambas registado crescimentos na ordem dos 12% e 7%, respectivamente. Para o crescimento das primeiras contribuíram significativamente o aumento das receitas provenientes do abastecimento de água e o acréscimo dos proveitos das rendas de concessão, enquanto que, para o desempenho das segundas, foram determinantes os aumentos nas cobranças do imposto municipal sobre imóveis, do imposto único de circulação e da derrama.

As restantes rubricas que compõem as receitas correntes apresentaram valores bastante mais reduzidos dos que as já referidas, tendo alcançado no seu conjunto perto de 179 mil euros. Destas, pode destacar-se o desempenho positivo dos *impostos indirectos*, que cresceram, em relação a 2008, cerca de 5%, enquanto que as rubricas de *taxas, multas e outras penalidades e outras receitas correntes* registaram decréscimos, na ordem dos 10% e 52%, respectivamente.

### Q3. Comparação da Receita Corrente Cobrada

Designação	2008 (€)	2009 (€)	Var. 07/08 (%)
Impostos directos	1.249.347,98	1.342.075,29	7,42
Impostos indirectos	21.371,04	22.463,82	5,11
Taxas, multas e outras penalidades	124.561,86	112.347,76	-9,81
Rendimentos da propriedade	934.236,84	1.411.843,55	51,12
Transferências correntes	5.479.863,26	5.634.774,21	2,83
Venda de bens e serviços correntes	1.218.102,71	1.360.933,15	11,73
Outras receitas correntes	90.758,74	43.993,65	-51,53
<b>Total</b>	<b>9.118.242,43</b>	<b>9.928.431,43</b>	<b>8,89</b>

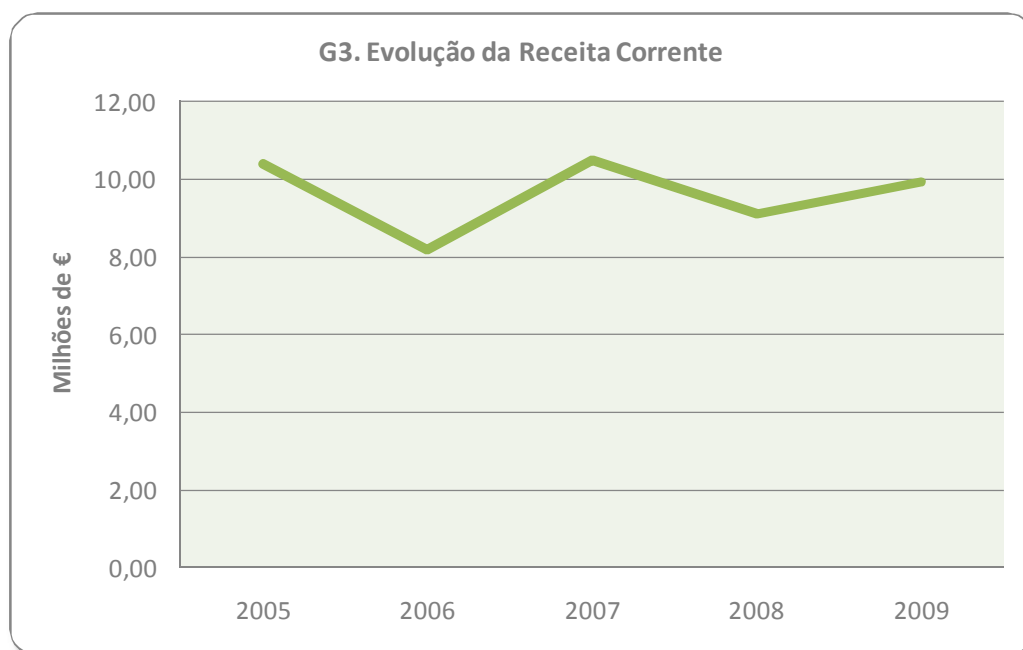
Comparativamente com as previsões efectuadas e corrigidas, pode constatar-se que a rubrica de *impostos directos* superou a sua previsão, tendo obtido uma taxa de execução de 114%, em linha com o que foi atrás referido. As rubricas de *impostos indirectos* e *transferências correntes* atingiram também cobranças muito próximas das previsões efectuadas, com taxas de execução de 99% e 96% respectivamente, o que não surpreende face à sua origem e grau de previsibilidade.

No extremo oposto, com cobranças mais distantes das previsões e, por conseguinte, taxas de execução inferiores surgem as *outras receitas correntes*, com 35%, os *rendimentos de propriedade*, com 51% e a rubrica de *venda de bens e serviços correntes*, com 56%. A rubrica de *outras receitas correntes* engloba um conjunto de contas de carácter residual, de execução ocasional e portanto de difícil previsão, como são exemplos as receitas de indemnizações e de reembolsos de IVA. Por seu turno, os capítulos de *rendimentos de propriedade* e *venda de bens e serviços correntes* englobam, cada um, um grupo grande de contas, algumas delas com cobranças volumosas e igualmente inconstantes, como é o caso das receitas dos parques eólicos ou a venda de bens correntes, características estas que, a acrescer aos condicionalismos de algumas regras impostas pelo POCAL nestes casos, justificam os desvios verificados e tornam difíceis as previsões efectuadas.

#### Q4. Grau de Execução da Receita Corrente

Designação	Dotação (€)	Cobrança (€)	% Execução
Impostos directos	1.179.274,00	1.342.075,29	113,81
Impostos indirectos	22.646,00	22.463,82	99,20
Taxas, multas e outras penalidades	157.295,00	112.347,76	71,42
Rendimentos da propriedade	2.759.097,00	1.411.843,55	51,17
Transferências correntes	5.891.879,00	5.634.774,21	95,64
Venda de bens e serviços correntes	2.439.258,00	1.360.933,15	55,79
Outras receitas correntes	126.167,00	43.993,65	34,87
<b>Total</b>	<b>12.575.616,00</b>	<b>9.928.431,43</b>	<b>78,95</b>

Na comparação com os valores das receitas correntes cobradas nos últimos 4 anos, pode concluir-se que o valor obtido em 2009 se aproximou dos valores mais elevados do período analisado, obtidos em 2005 e 2007, mesmo num período de maiores dificuldades e com os condicionalismos já referidos anteriormente.



### Receitas de Capital

As receitas de capital cobradas em 2009, na ordem dos 6,042 milhões de euros, tal como já se referiu, representam uma diminuição em relação aos valores registados em 2008, de cerca de 46%, ou seja, foram executados menos 9,856 milhões de euros. Esta diferença verificada entre os exercícios mencionados resultou, como já foi amplamente mencionado, pela alienação, em 2008, do balneário D. Afonso Henriques que originou uma receita extraordinária registada na rubrica *venda de bens de investimento*. Já em 2009 e apesar do executivo municipal ter demonstrado a intenção de alienar outros bens de investimento sem utilidade operacional ou interesse público, as circunstâncias dos mercados motivadas por um cenário de crise generalizada não permitiriam a venda por valores considerados aceitáveis e, por esse motivo, não foram realizados quaisquer procedimentos com esse objectivo e não se verificou qualquer

execução na referida rubrica da receita, apesar da sua dotação contemplar os valores inicialmente previstos.

#### Q5. Comparação da Receita de Capital Cobrada

Designação	2008 (€)	2009 (€)	Var. 07/08 (%)
Venda de bens de investimento	11.526.630,00	0,00	-100,00
Transferências de capital	3.570.762,73	3.191.545,23	-10,62
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	800.000,00	2.850.000,00	256,25
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>15.897.392,73</b>	<b>6.041.545,23</b>	<b>-62,00</b>

Por outro lado, a execução de receitas englobadas no capítulo de *passivos financeiros* aumentou muito, em consequência das contratações de financiamento externo, já que, para além do habitual empréstimo de curto prazo para acorrer a dificuldades de tesouraria ao longo do exercício, o Município aderiu ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), que possibilitou a regularização de dívidas a fornecedores através do recurso a empréstimos combinados, em que parte do financiamento foi garantida directamente pelo Estado em condições muito vantajosas. Por este motivo, esta rubrica apresentou uma execução de 2,850 milhões de euros, valor este superior ao verificado em anos anteriores.

Das restantes rubricas de capital, deve ainda destacar-se a execução das *transferências de capital*, que englobam essencialmente as receitas do fundo de equilíbrio financeiro na parte de capital e os subsídios ao investimento ao abrigo de programas nacionais e comunitários, que atingiram o valor de 3,192 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 11% em relação a 2008. Este decréscimo deveu-se principalmente à redução das participações comunitárias em projectos co-financiados, motivada pelas dificuldades na execução financeira de projectos financiados pelo QREN, cujo atraso não possibilitou a cobrança de montantes elevados destinados a projectos executados ou em execução e originou um desvio considerável em relação aos valores

previstos, traduzido numa taxa de execução de 56%. As rubricas *ativos financeiros* e *outras receitas de capital* não tiveram qualquer execução.

#### Q6. Grau de Execução da Receita de Capital

Designação	Dotação (€)	Cobrança (€)	% Execução
Venda de bens de investimento	4.364.940,00	0,00	0,00
Transferências de capital	5.734.996,00	3.191.545,23	55,65
Activos financeiros	61.694,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	2.850.110,00	2.850.000,00	100,00
Outras receitas de capital	30,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>13.011.770,00</b>	<b>6.041.545,23</b>	<b>46,43</b>

Apesar de tudo o referido, pela análise das receitas de capital dos últimos 4 exercícios, pode confirmar-se que, com excepção do ano de 2008 pelos motivos enunciados, a execução de 2009 foi a mais elevada, tendo mesmo sido superior a 2007 em mais de 50%, sendo um passo importante na estratégia de aumento continuado das receitas municipais, para a qual a execução do QREN poderá ser determinante.



## Outras Receitas

Neste capítulo incluem-se as receitas que não se consideram de natureza corrente ou de capital e que, como já foi referido, apresentam, habitualmente, valores sem significado e peso na estrutura global das receitas municipais. O exercício de 2009 não foi excepção e, para além do montante correspondente ao *saldo da gerência anterior*, apenas se registou o valor de 48,43 euros na rubrica *reposições não abatidas nos pagamentos*, totalizando este capítulo pouco mais de 540 mil euros

### Q7. Execução de Outras Receitas

Designação	Dotação (€)	Cobrança (€)	% Execução
Reposições não abatidas nos pag.	10,00	48,43	20,65
Saldo da gerência anterior	540.017,00	540.017,00	100,00
<b>Total</b>	<b>540.027,00</b>	<b>540.065,43</b>	<b>99,99</b>

## 2.3. Execução Orçamental da Despesa

O valor total da despesa paga em 2009 foi de 16,469 milhões de euros, distribuído entre despesas correntes, no valor de 11,855 milhões de euros, e despesas de capital, que totalizaram 4,614 milhões de euros. Em termos relativos as despesas correntes representaram cerca de 72% do total das despesas, enquanto que as despesas de capital representaram cerca de 28% do total. Esta diferença por natureza económica das despesas, tem-se vindo a verificar ao longo dos anos, principalmente em exercícios que coincidem com anos de fraca execução financeira de projectos comparticipados, como foi o caso, em consequência do encerramento do QCA III e do atraso na implementação e execução do QREN.

Isto mesmo é confirmado na análise das taxas de execução da despesa, que apresenta diferenças significativas. As despesas correntes aproximaram-se dos valores previstos, tendo-se obtido uma taxa de execução de 78%, enquanto que a taxa de execução das

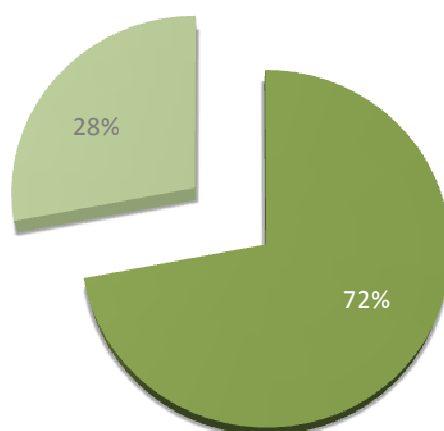
despesas de capital se ficou pelos 42%, em parte pelos motivos referidos anteriormente, uma vez que o Município, durante o exercício em análise, iniciou a execução ou executou na totalidade avultados investimentos participados, sem que tivesse recebido a correspondente participação a que tinha direito, como foi exemplo, o projecto das Variantes à Vila, dificultando grande parte dos pagamentos porque só pôde contar com os meios próprios canalizados para os projectos. Para além destas dificuldades, que contribuíram grandemente para a existência de desvios às previsões efectuadas, também a própria preparação e execução dos projectos associados a investimentos, mesmo que não participados, é por vezes complexa e a sua programação sofre frequentemente alterações, o que implica variações na sua execução financeira.

#### Q8. Execução das Despesas por Natureza

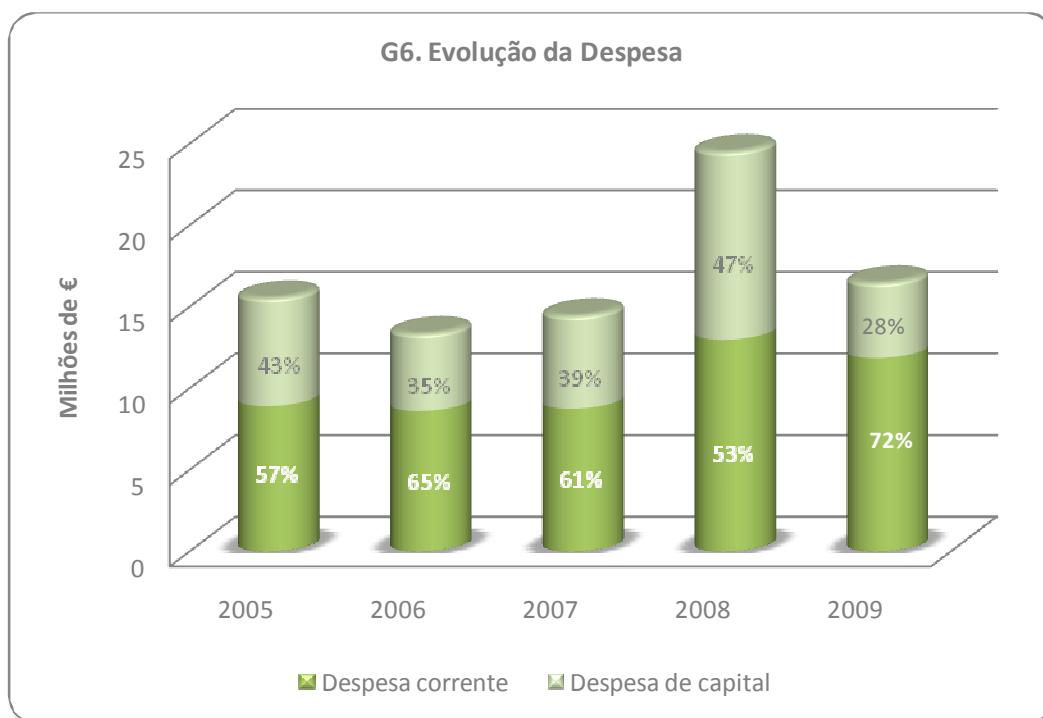
Designação	Dotação (€)	Pago (€)	% Execução
Despesa Corrente	15.179.688,00	11.854.974,75	78,10
Despesa de Capital	10.947.725,00	4.614.046,83	42,15
<b>Total</b>	<b>26.127.413,00</b>	<b>16.469.021,58</b>	<b>63,03</b>

#### G5. Distribuição da Despesa Paga por Natureza Económica

■ Despesa Corrente ■ Despesa de Capital



A evolução das despesas ao longo dos últimos 5 exercícios tem sofrido algumas oscilações, quer no seu valor total, quer na sua composição. Pode constatar-se pelo gráfico seguinte que, com excepção do ano de 2008 em que a execução excepcional de receitas de capital permitiu um nível de despesas desta natureza acima do habitual, o ano de 2009 registou um valor superior aos dos anos anteriores, na sequência de um melhor desempenho da receita, conforme já se referiu. Também a estrutura da despesa se tem alterado nos últimos anos, uma vez que em 2009 o peso das receitas correntes foi superior ao habitual, provocado em parte, pela adesão ao PREDE, que permitiu o pagamento extraordinário de um montante elevado a fornecedores de bens correntes.



### Despesas Correntes

As despesas de natureza corrente, que consideram as despesas próprias do funcionamento dos serviços e associadas à sua actividade administrativa normal, atingiram em 2009 o valor de 11,855 milhões de euros. Este desempenho pode considerar-se bastante positivo porque, conforme já se referiu anteriormente, as

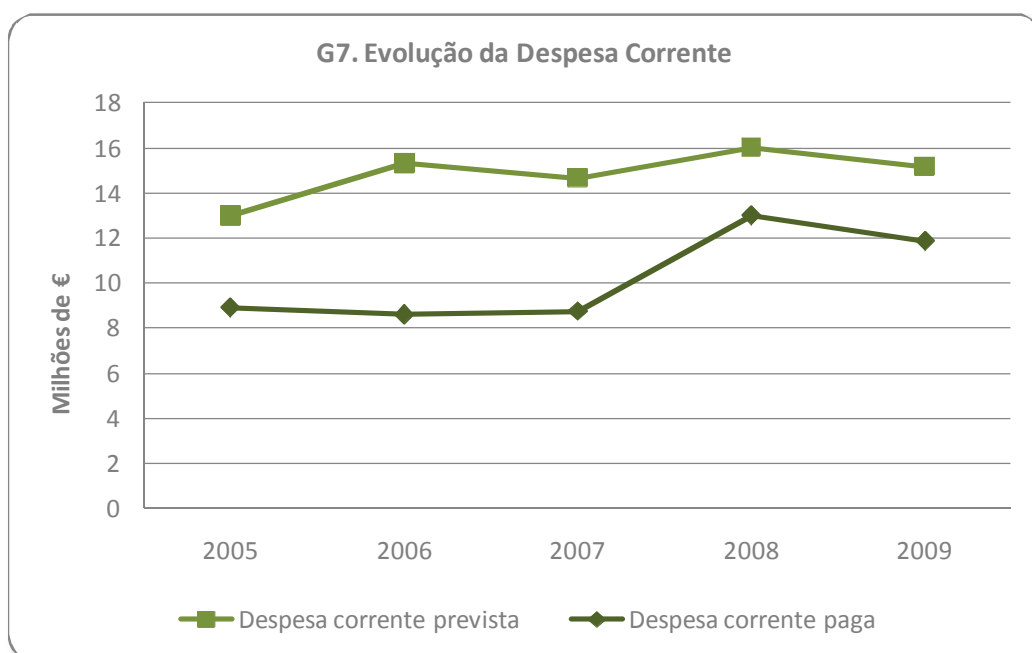
receitas correntes aumentaram desde o último exercício e as despesas da mesma natureza diminuíram, em relação a 2008, cerca de 9%, sendo um sinal de que o equilíbrio corrente está mais consolidado, e as despesas de funcionamento estão a ser geridas com mais cautela. Pode, assim, verificar-se que para esta variação contribuíram substantivamente as rubricas de *aquisição de bens e serviços*, com uma diminuição de cerca de 27%, o que equivale, em termos absolutos, a uma redução de perto de 1,5 milhões de euros, e, em menor escala, a rubrica de *juros e outros encargos* que verificou uma redução de 53%, isto é, superior a 400 mil euros, em consequência dos efeitos conjunturais que permitiram a baixa generalizada das taxas de juros dos financiamentos.

Apesar disso, algumas rubricas correntes registaram aumentos no exercício em análise, mas de menor valor absoluto, como é o caso da rubrica de *despesas com pessoal*, que cresceu cerca de 5%, valor este que se pode considerar relativamente comedido, atendendo aos aumentos salariais de 2009, às progressões nas carreiras dos funcionários e às necessidades de reforço em áreas que têm sido sujeitas a aumento das competências municipais. Deve-se ainda referir que a rubrica de *transferências correntes* também registou um aumento relativo expressivo, em mais de 100% do seu valor, apesar de em termos absolutos se traduzir em aproximadamente 487 mil euros, em resultado de um crescimento dos subsídios e apoios concedidos ao conjunto de entidades da que mais se relacionam com o Município ou que executam tarefas relacionadas com as competências municipais.

#### Q9. Comparação da Despesa Corrente Paga

Designação	2008 (€)	2009 (€)	Var. 08/09 (%)
Despesas com o pessoal	6.130.428,97	6.423.912,64	4,79
Aquisição de bens e serviços	5.545.756,34	4.049.599,72	-26,98
Juros e outros encargos	792.309,55	369.725,92	-53,34
Transferências correntes	469.907,39	957.138,63	103,69
Subsídios	0,00	419,10	ind.
Outras despesa correntes	46.762,20	54.178,74	15,86
<b>Total</b>	<b>12.985.164,45</b>	<b>11.854.974,75</b>	<b>-8,70</b>

Verificando o cenário de evolução das despesas correntes pagas e as correspondentes dotações corrigidas nos últimos 5 anos, pode concluir-se que as previsões têm oscilado pouco, variando entre os 13 e os 16 milhões de euros e que os valores pagos também tinham variado pouco até ao exercício de 2008, exercício em que os valores pagos aumentaram excepcionalmente pelos motivos já referidos, e se aproximaram dos valores previstos. Note-se que, no exercício de 2009, os valores baixaram relativamente, mas a diferença entre o previsto e o pago manteve-se quase aos mesmos níveis.



Isso mesmo pode ser confirmado avaliando-se o grau de execução das rubricas das despesas correntes e os seus desvios em relação ao previsto. Pode verificar-se que, dos 15,180 milhões de euros das previsões corrigidas, foram realizados 13,954 milhões de euros e, destes, foram pagos os cerca de 11,855 milhões de euros já referidos, o que permite obter, como já foi mencionado anteriormente, uma taxa de execução de 78%. Este valor próximo das previsões efectuadas, ainda que corrigidas ao longo do exercício através de modificações orçamentais, revela que a gestão municipal conseguiu canalizar a quase totalidade dos recursos necessários para a execução das

suas actividades mais correntes e para o funcionamento de todos os seus serviços, quase igualando o que foi efectivamente pago ao que foi realizado (pagaram-se mais de 85% das despesas realizadas).

Estes resultados na execução das despesas de carácter corrente foram muito influenciados pela execução das *despesas com o pessoal* onde, como não poderia deixar de ser, praticamente foi realizada e paga a totalidade dos valores previstos. As *transferências correntes*, também atrás referidas como tendo reforçado o seu peso no exercício em análise, obtiveram uma taxa de execução elevada, em cerca de 88%, evidenciando a preocupação na canalização de recursos para as entidades que colaboraram com o Município ou com as quais se outorgaram compromissos de gestão, não havendo assim a acumulação de qualquer dívida minimamente significativa.

As rubricas de aquisição de *bens e serviços* e *juros e outros encargos* apresentaram taxas de execução menos elevadas do que as anteriores, de 61% e 47% respectivamente, mas, ainda assim, satisfatórias, em consequência do tipo de despesas que estas englobam. A *aquisição de bens e serviços* corresponde a um capítulo que congrega todo o conjunto de bens, materiais, equipamentos não inventariáveis e a contratação de serviços para a globalidade dos sectores municipais, envolvendo montantes elevados e com base numa grande quantidade de procedimentos de contratação, que tornam a sua realização e consequente pagamento mais distantes das previsões efectuadas. Na mesma linha, os *juros e outros encargos* englobam, para além das despesas associadas aos financiamentos contratualizados que são debitados e pagos de acordo com o planeado, muitos encargos debitados por fornecedores que, após recepção, registo contabilístico e análise, se concluem não estarem correctos ou legais, inviabilizando o seu pagamento.

Por último, as rubricas de *subsídios* e *outras despesas correntes*, que envolvem normalmente montantes reduzidos, apresentaram taxas de execução de 64% e 70% respectivamente, e que, apesar disso, registaram pagamentos equivalentes à quase totalidade das suas realizações.



## Q10. Grau de Execução da Despesa Corrente

Designação	Dotação (€)	Realizado (€)	Pago (€)	% Execução
Despesas com o pessoal	6.632.292,00	6.550.127,22	6.423.912,64	96,86
Aquisição de bens e serviços	6.586.993,00	5.620.283,07	4.049.599,72	61,48
Juros e outros encargos	793.483,00	681.118,35	369.725,92	46,60
Transferências correntes	1.089.160,00	1.044.150,82	957.138,63	87,88
Subsídios	660,00	419,10	419,10	63,50
Outras despesas correntes	77.100,00	57.924,76	54.178,74	70,27
<b>Total</b>	<b>15.179.688,00</b>	<b>13.954.023,32</b>	<b>11.854.974,75</b>	<b>78,10</b>

Depois de tudo o que foi referido, pode ainda confirmar-se que, para o peso que o conjunto de rubricas consideradas de natureza corrente tem no total da estrutura da despesa (72%), contribuem mais significativamente as *despesas com o pessoal*, representando cerca de 54% das despesas correntes e 39% das despesas totais e a rubrica de *aquisição de bens e serviços correntes*, com um peso de 34% na estrutura corrente e 25% na estrutura total de despesas. Na linha do que já foi diversas vezes referido, os restantes capítulos correntes, no seu conjunto, não têm um peso relevante nas estruturas, representando quase 12% das despesas correntes e 8% do total.

## Q11. Peso das Componentes da Despesa Corrente nas Estruturas

Designação	Peso na Estrutural (%)	
	Corrente	Total
Despesas com o pessoal	54,19	39,01
Aquisição de bens e serviços	34,16	24,59
Juros e outros encargos	3,12	2,24
Transferências correntes	8,07	5,81
Subsídios	0,00	0,00
Outras despesa correntes	0,46	0,33
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>71,98</b>

## Despesas de Capital

As despesas de capital, que englobam essencialmente os investimentos municipais e os passivos financeiros, totalizaram, em 2009, 4,614 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição considerável relativamente aos valores registados no exercício anterior, em cerca de 60%. Esta diminuição está já explicada em parte pelo que foi referido anteriormente no capítulo das receitas e que, no essencial, se pode explicar pelo valor extraordinário cobrado em 2008 como proveito da venda do balneário termal à empresa municipal, que permitiu um volume de pagamentos desta natureza muito para além do que vinha sendo habitual.

Teve grande influência para esta diminuição, o desempenho da rubrica de *aquisição de bens de capital*, que registou um decréscimo de 72%, o que, em termos absolutos, significa que foram pagos menos cerca de 6 milhões de euros. Para além do principal motivo desta redução, mencionado no parágrafo anterior, contribuiu também grandemente para este valor mais reduzido, o atraso na execução do QREN com implicações na execução financeira de obras de grande importância para a dimensão municipal. Este Município, em 2009, após iniciar a execução destes investimentos de valor avultado e já com as candidaturas aprovadas, viu-se na situação crítica de ter as obras em execução a bom ritmo, cumprindo a calendarização definida e de não poder contar com os meios comunitários que lhes estavam destinados, o que originou um avolumar dos montantes em dívida e um constrangimento para com os fornecedores envolvidos.

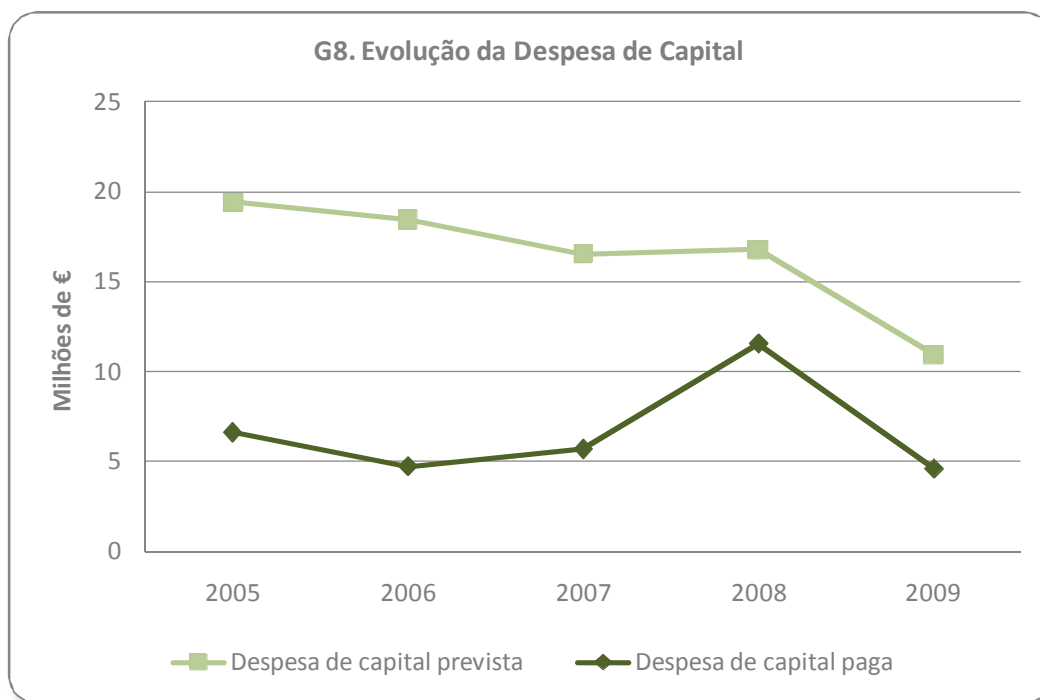
No mesmo sentido, todos os restantes capítulos de natureza de capital verificaram diminuições em relação a 2008, com destaque para o de *passivos financeiros*, que registou uma diminuição de 16% resultante do cumprimento dos planos de amortização dos empréstimos contraídos, cujo valor em dívida tem diminuído constantemente. Também as despesas pagas da rubrica de *transferências de capital*, que engloba os apoios a investimentos de interesse público municipal efectuados por entidades externas, foram consideravelmente inferiores às do exercício anterior, em grande parte, pelos motivos já enunciados. Os capítulos de *activos financeiros* e *outras*

*despesas de capital*, face às suas particularidades, são normalmente rubricas com execuções reduzidas e sem relevância no conjunto das despesas totais e também registaram diminuições no ano em análise.

#### Q12. Comparação da Despesa de Capital Paga

Designação	2008 (€)	2009 (€)	Var.08/09(%)
Aquisição de bens de capital	8.642.064,57	2.455.990,79	-71,58
Transferências de capital	616.322,64	319.766,93	-48,12
Activos financeiros	61.264,20	0,00	-100,00
Passivos financeiros	2.198.351,51	1.838.031,55	-16,39
Outras despesas de capital	11.098,47	257,56	-97,68
<b>Total</b>	<b>11.529.101,39</b>	<b>4.614.046,83</b>	<b>-59,98</b>

Analisando o comportamento deste tipo de despesas nos últimos exercícios, concluímos que a sua evolução acompanha a evolução das receitas da mesma natureza, precisamente porque o desempenho das despesas está directamente dependente das receitas obtidas. Desta forma, com excepção do ano de 2008, as despesas de capital pagas não têm tido variações significativas, oscilando entre os 4,5 e os 6,5 milhões de euros. Deve referir-se, contudo, que nos últimos exercícios se tem verificado uma aproximação dos valores pagos aos valores previstos, o que denota, por um lado uma preocupação na elaboração de previsões aproximadas e, por outro, de uma diminuição dos valores não realizados ou não pagos.



Isso mesmo pode ser confirmado na análise ao grau de execução dos capítulos de capital, que apesar de terem obtido, no seu conjunto, uma taxa de pagamentos em relação às dotações de 42%, registaram uma taxa de realização de 76% e uma taxa de pagamentos em relação ao realizado de 56%, valores estes aceitáveis, face aos condicionalismos amplamente destacados anteriormente. Ainda assim, os capítulos de *passivos financeiros e transferências de capital* apresentaram taxas de execução bastante superiores à taxa média obtida, de 92% e 72% respectivamente, porque congregam rubricas relacionadas com despesas facilmente previstas e executadas, como é o caso das amortizações dos empréstimos, no primeiro caso, ou os pagamentos dos apoios a investimentos, que são normalmente alvos de protocolos e cuja execução financeira está apenas dependente de recursos internos municipais, no segundo caso.

O capítulo que mais influencia a execução obtida é, obviamente, o que mais recursos absorve – *aquisição de bens de capital*, que, apesar de ter registado um valor de realização próximo das previsões corrigidas, apresentou um valor de despesas pagas de apenas 2,456 milhões de euros, devido às dificuldades sentidas na execução dos

projectos de investimento, nomeadamente, através dos constrangimentos na obtenção das receitas que os suportariam.

#### Q13. Grau de Execução da Despesa de Capital

Designação	Dotação (€)	Realizado (€)	Pago (€)	% Execução
Aquisição de bens de capital	8.504.456,00	6.045.022,53	2.455.990,79	28,88
Transferências de capital	442.843,00	393.047,60	319.766,93	72,21
Activos financeiros	420,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	1.999.426,00	1.838.031,55	1.838.031,55	91,93
Outras despesas de capital	580,00	257,56	257,56	44,41
<b>Total</b>	<b>10.947.725,00</b>	<b>8.276.359,24</b>	<b>4.614.046,83</b>	<b>42,15</b>

Apesar disso, considerando o valor pago, este capítulo continua a ser o que maior peso tem nas estruturas da despesa, representando cerca de 53% das despesas de capital e 15% das despesas totais. Na sequência do que vem sendo referido, a rubrica de *passivos financeiros* é a segunda rubrica com maior peso nas estruturas de capital (40%), tendo, contudo, um peso relativamente reduzido no total das despesas, representando cerca de 11%. As restantes rubricas não têm significado relevante nas estruturas, não chegando a representar 7% das despesas de capital e 2% das despesas totais.

#### Q14. Peso das Componentes da Despesa de Capital nas Estruturas

Designação	Peso na Estrutural (%)	
	Corrente	Total
Aquisição de bens de capital	53,23	14,91
Transferências de capital	6,93	1,94
Activos financeiros	0,00	0,00
Passivos financeiros	39,84	11,16
Outras despesas de capital	0,01	0,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>28,02</b>

## Execução da Despesa por Classificação Orgânica

Passando agora a analisar a distribuição da despesa efectuada pelas unidades orgânicas consideradas na desagregação orçamental, pode constatar-se que o *departamento técnico* mantém a sua condição de unidade orgânica com o maior volume de despesa, tal como vem sendo habitual, por congregar as divisões municipais responsáveis pelos investimentos, quer por empreitadas, quer por administração directa, assim como por diversos serviços de apoio aos sectores mais produtivos. Engloba também um conjunto de serviços de carácter mais administrativo, associados ao licenciamento de obras particulares ou ao apoio dos serviços urbanos e à elaboração de projectos, com uma dimensão significativa na estrutura municipal. Deste modo, esta unidade foi responsável por 44% da despesa total, ou seja, 7,2 milhões de euros, dos quais 4,997 milhões de euros são referentes a despesas correntes e 2,203 milhões de euros de despesas de capital.

A *divisão de cultura, desporto e acção social* surge como a segunda unidade com maior peso no total das despesas, reunindo cerca de 22% dos montantes pagos, o que em termos absolutos significa cerca de 3,652 milhões de euros, devido ao grande número de actividades que engloba e às infra-estruturas que gere, nomeadamente, a educação e as escolas e o desporto, ao qual está associado o funcionamento dos equipamentos municipais.

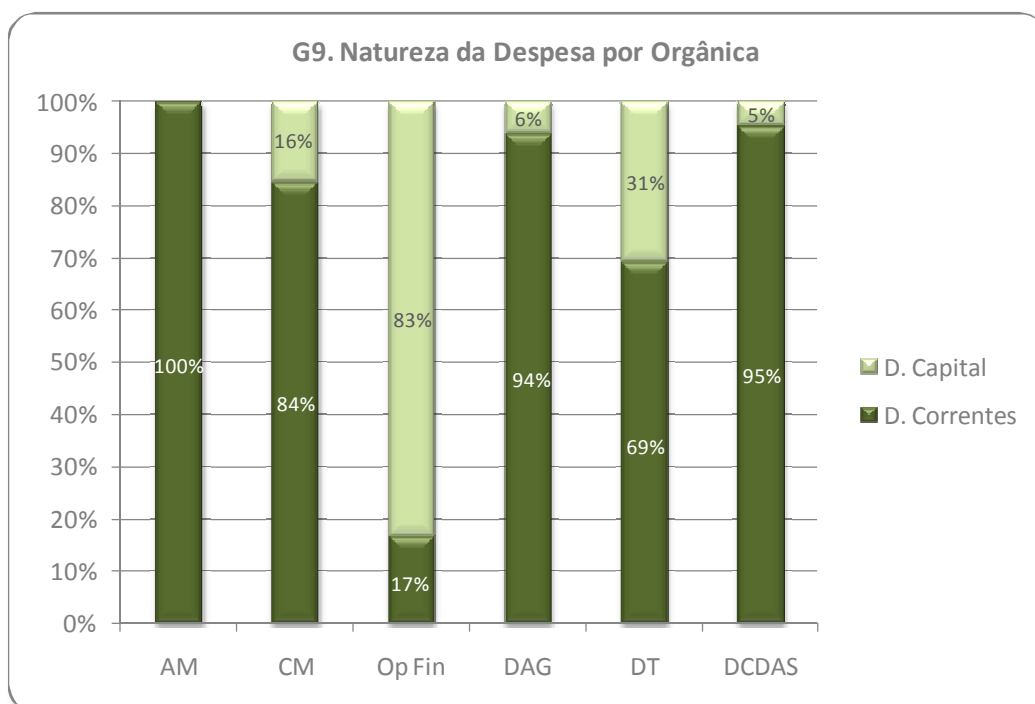
Os recursos dispendidos na unidade orgânica *departamento de administração geral* totalizaram 1,334 milhões de euros, representando cerca de 8% das despesas totais, peso este que não surpreende atendendo a que se trata de uma unidade essencialmente administrativa e que, portanto, apresenta apenas o conjunto de despesas associadas ao pessoal e ao funcionamento corrente dos serviços.

A *administração autárquica*, no seu conjunto, foi responsável por mais de 4 milhões de euros de despesa, divididos entre as unidades que a compõem. A *assembleia municipal* registou um valor reduzido correspondente ao valor do funcionamento deste órgão deliberativo, enquanto que a *câmara municipal* apresentou já um valor de despesa de

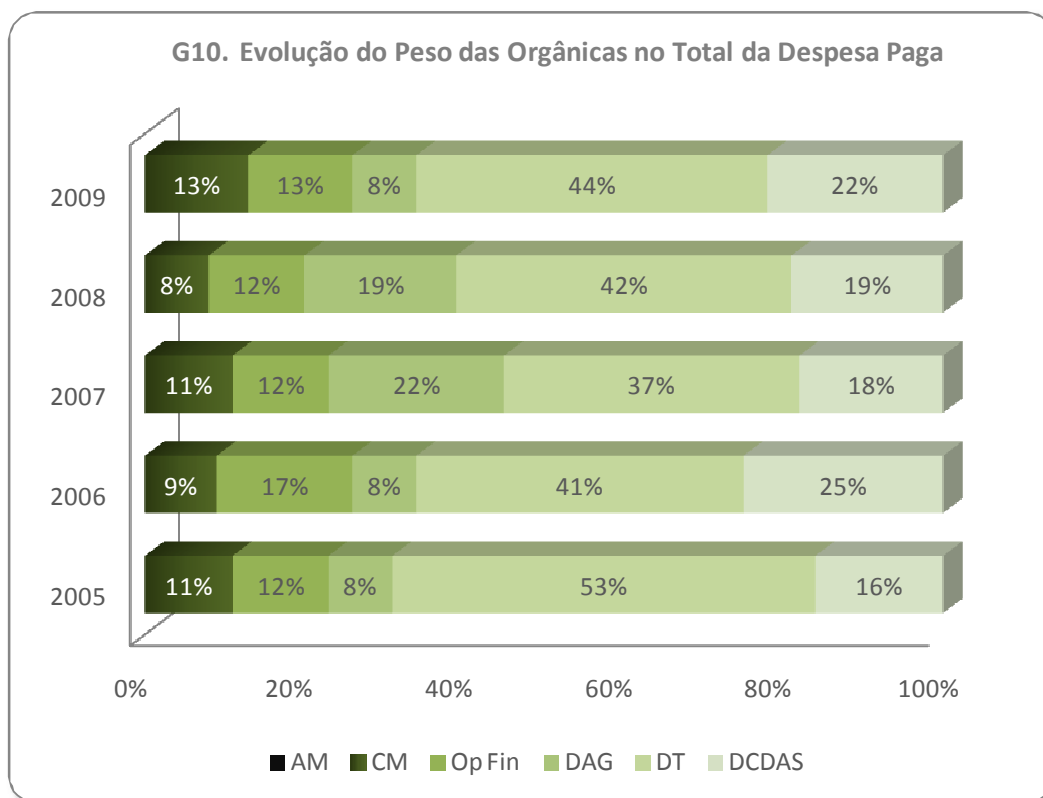
2,057 milhões de euros, cerca de 13% do total, porque inclui um conjunto de serviços dependentes directamente do executivo e um leque de despesas associadas directamente às decisões deste órgão, como são exemplos os subsídios atribuídos a outras entidades, ou transversais à estrutura municipal e que organicamente se incluem nesta unidade. As *operações financeiras*, que incluem todos os juros e outros encargos bancários e a amortização dos empréstimos municipais, totalizaram um montante de despesa paga de 2,208 milhões de euros, isto é, 13% do total.

#### Q15. Distribuição da Despesa Paga por Cl. Orgânica

Designação		Valor (€)
<b>01 Administração Autárquica</b>		
0101 Assembleia Municipal	Despesas Correntes:	18.472,31
	Despesas de Capital:	0,00
	<b>Total:</b>	<b>18.472,31</b>
0102 Câmara Municipal	Despesas Correntes:	1.737.798,21
	Despesas de Capital:	319.024,78
	<b>Total</b>	<b>2.056.822,99</b>
0103 Operações Financeiras	Despesas Correntes:	369.725,92
	Despesas de Capital:	1.838.031,55
	<b>Total:</b>	<b>2.207.757,47</b>
<b>02 Departamento de Adm. Geral</b>	Despesas Correntes:	1.252.755,77
	Despesas de Capital:	81.208,89
	<b>Total:</b>	<b>1.333.964,66</b>
<b>03 Departamento Técnico</b>	Despesas Correntes:	4.997.106,36
	Despesas de Capital:	2.202.669,31
	<b>Total:</b>	<b>7.199.775,67</b>
<b>04 Div. Cultura, Desporto e A. S.</b>	Despesas Correntes:	3.479.116,18
	Despesas de Capital:	173.112,30
	<b>Total:</b>	<b>3.652.228,48</b>
<b>Total Geral</b>		<b>16.469.021,58</b>



O peso da despesa associada a cada unidade orgânica no total das despesas não tem sofrido grandes oscilações ao longo dos últimos exercícios, tendo-se concentrado continuamente a maior fatia da despesa no *departamento técnico*, com o seu peso a variar entre os 37% e os 53% do total das despesas de cada exercício. As restantes unidades utilizadas na classificação orgânica têm registado valores consonantes com o que foi referido para o exercício em análise, podendo, contudo, ressaltar-se o caso do *departamento de administração geral* que, nos exercícios de 2007 e 2008, viu o seu peso na estrutura total de despesas crescer significativamente devido aos grandes investimentos efectuados e englobados na divisão termal, que depende deste departamento, relacionados com a remodelação do balneário termal D. Afonso Henriques.



## 2.4. Execução das Grandes Opções do Plano

Atendendo a que as Grandes Opções do Plano são compostas por dois documentos distintos, o plano plurianual de investimentos, que engloba o conjunto de investimentos realizados, e o mapa das actividades mais relevantes, que reúne as actividades de maior relevo para a actividade municipal, a análise que se segue versa sobre cada um destes separadamente.

### Plano Plurianual de Investimentos

A despesa total paga referente a investimentos municipais, em 2009, totalizou 2,456 milhões de euros, tendo sofrido um decréscimo considerável em relação aos valores obtidos no exercício de 2008, em consequência de uma execução excepcional naquele ano, conforme foi já amplamente justificado, e que não se verificou no exercício de

2009. Contudo, os valores obtidos no exercício em análise estão em linha com os valores de anos anteriores, apesar das rubricas de investimentos sofrerem habitualmente variações consideráveis, já que compreendem projectos de média ou grande dimensão, normalmente de valores avultados e muitas vezes dependentes de financiamentos externos.

Como também tem vindo a ser habitual ao longo dos exercícios, o objectivo que concentrou mais recursos foi o de *comunicações e transportes*, que inclui a rede viária e sinalização, cujos pagamentos atingiram 1,471 milhões de euros, em consequência dos diversos trabalhos de remodelação e manutenção da rede viária existente ou construção de novos troços que se consideraram importantes. Apesar do montante pago, a taxa de execução deste objectivo situou-se nos 25% devido à elevada dotação incluída em projectos de grande dimensão como é o caso das Variantes à vila para permitir a execução das obras, não tendo havido, contudo, a correspondente execução física e financeira porque se trata de trabalhos de grande monta financiados por fundos comunitários que não foram desbloqueados até ao final do ano.

Com o segundo valor mais elevado de financiamento definido surgiu o objectivo *saneamento e salubridade* para o qual foram previstos mais de 562 mil euros destinados à manutenção e ampliação da rede de esgotos do Município. Com base neste valor definido, foram realizados cerca de 405 mil euros em diversos projectos distribuídos pela área do concelho, tendo sido pagos aproximadamente 150,4 mil euros, o que permitiu uma taxa de execução de 27%, devido à complexidade da execução de alguns projectos que originou desvios à programação inicial.

Para os projectos do objectivo *saúde* foram canalizados cerca de 173 mil euros, distribuídos pela obra de remodelação do balneário termal, para a qual se efectuaram ainda pagamentos remanescentes, e pelas infra-estruturas e terrenos adjacentes ao novo centro de saúde. Para este objectivo registou-se uma taxa de execução de 75%, que corresponde ao desvio entre o previsto e o executado, já que todo o montante realizado foi pago no decurso do exercício.

Pode destacar-se ainda o objectivo *cultura, desporto e tempos livres* que, apesar de compreender essencialmente actividades relevantes de carácter mais regular, verificou, no ano em questão, investimentos na ordem dos 86 mil euros, devido aos investimentos complementares efectuados no complexo desportivo da pedreira, nos restantes equipamentos desportivos municipais e nos equipamentos culturais, designadamente, no Cine-Teatro. Saliente-se, contudo, que, apesar da taxa de execução se aproximar dos 50%, foram pagos todos os valores realizados, não havendo qualquer dívida referente aos programas mencionados.

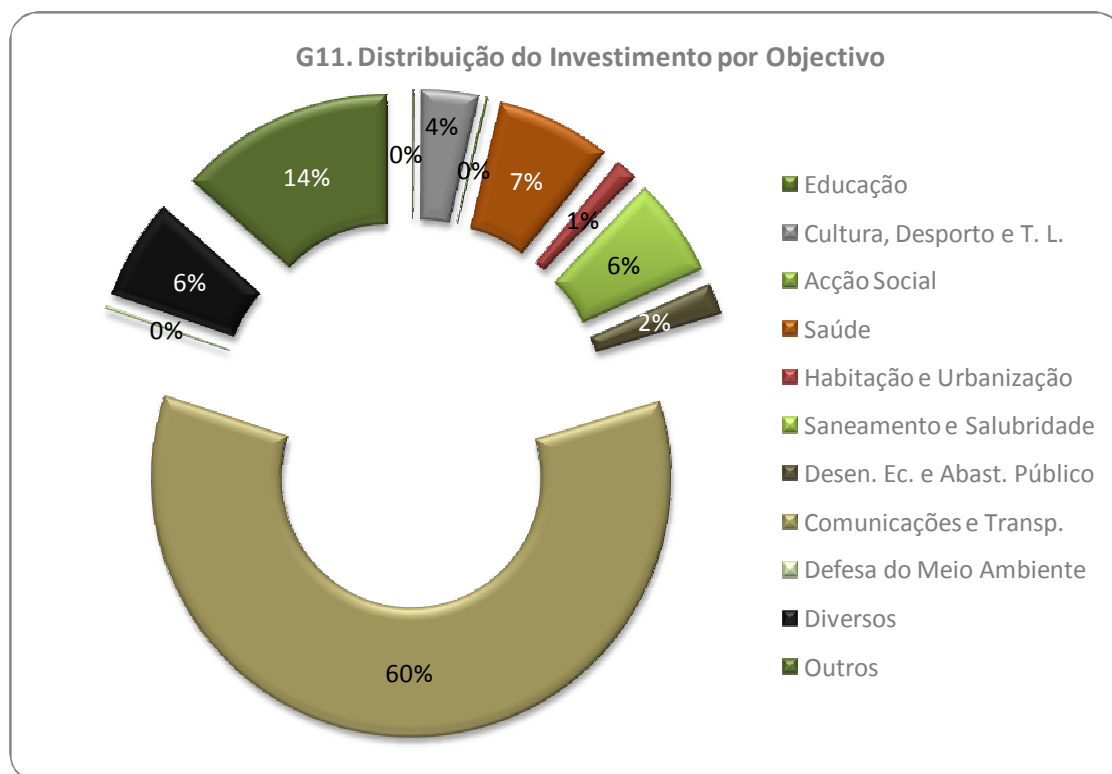
Os restantes objectivos registaram execuções mais reduzidas, podendo destacar-se a *educação*, que apresentou uma previsão bastante expressiva, devido à previsão efectuada para início da execução do projecto do pólo escolar de carvalhais, e que acabou por não se concretizar ainda antes do fim do exercício, resultando, assim, num valor de execução bastante reduzido. Também o objectivo de *desenvolvimento económico e abastecimento público* foi responsável por um valor orçamentado superior a 212 mil euros, dos quais foram realizados 172 mil euros, maioritariamente destinados ao melhoramento do sistema de abastecimento de água concelhio, apesar da taxa de execução se ter situado em 23%.

Convém, ainda, referir que os objectivos de carácter mais residual *diversos* e *outros* apresentaram valores de investimento relativamente elevados, totalizando, no seu conjunto, cerca de 482 mil euros e taxas de execução de 61% e 25% respectivamente. O objectivo *diversos* engloba principalmente projectos que, pela sua natureza, não se enquadram nos objectivos anteriores e que têm um carácter menos contínuo, nomeadamente, as obras em instalações dos serviços ou investimentos abrangidos por medidas especiais de incentivo, mas que apesar disso, envolvem montantes relevantes. O objectivo *outros* refere-se essencialmente a investimentos que não se enquadram na filosofia de projecto estruturado e enquadrado numa função económica específica, congregando aquisições de bens duradouros, equipamentos ou materiais para funcionamento dos próprios serviços municipais, tendo no ano em análise totalizado mais de 328 mil euros.

## Q16. Execução do PPI por Objectivos e Programas

Designação	Fin. Definido (€)	Realizado (€)	Pago (€)	% Execução
<b>Educação</b>	<b>505.034,00</b>	<b>9.166,18</b>	<b>2.490,37</b>	<b>0,49%</b>
Ensino Pré-Escolar	9.000,00	5.237,44	2.490,37	27,67%
Ensino Básico	496.034,00	3.928,74	0,00	0,00%
<b>Cultura, Desporto e T. L.</b>	<b>176.180,00</b>	<b>85.961,69</b>	<b>85.961,69</b>	<b>48,79%</b>
Cultura	15.380,00	4.030,11	4.030,11	26,20%
Desportos e Tempos Livres	160.800,00	81.931,58	81.931,58	50,95%
<b>Ação Social</b>	<b>6.000,00</b>	<b>3.646,36</b>	<b>3.646,36</b>	<b>60,77%</b>
Melhoria Condições Habit.	6.000,00	3.646,36	3.646,36	60,77%
<b>Saúde</b>	<b>230.270,00</b>	<b>172.595,17</b>	<b>172.595,17</b>	<b>74,95%</b>
Balneário	47.800,00	35.611,01	35.611,01	74,50%
Centro de Saúde S. P. Sul	182.470,00	136.984,16	136.984,16	75,07%
<b>Habituação e Urbanização</b>	<b>73.400,00</b>	<b>56.447,37</b>	<b>33.839,31</b>	<b>46,10%</b>
Iluminação Pública	31.400,00	31.257,57	21.839,31	69,55%
Urbanização	42.000,00	25.189,80	12.000,00	28,57%
<b>Saneamento e Salubridade</b>	<b>562.600,00</b>	<b>405.648,40</b>	<b>150.408,31</b>	<b>26,73%</b>
Rede de Esgotos	561.600,00	405.648,40	150.408,31	26,78%
Cemitérios	1.000,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Desen. Ec. e Abast. Público</b>	<b>212.500,00</b>	<b>172.013,05</b>	<b>48.213,47</b>	<b>22,69%</b>
Água	212.500,00	172.013,05	48.213,47	22,69%
<b>Comunicações e Transp.</b>	<b>5.777.111,00</b>	<b>4.473.747,50</b>	<b>1.471.101,07</b>	<b>25,46%</b>
Rede Viária e Sinalização	5.777.111,00	4.473.747,50	1.471.101,07	25,46%
<b>Defesa do Meio Ambiente</b>	<b>100.000,00</b>	<b>11.400,00</b>	<b>5.580,00</b>	<b>5,58%</b>
Praias Fluviais	100.000,00	11.400,00	5.580,00	5,58%
<b>Diversos</b>	<b>298.800,00</b>	<b>208.036,38</b>	<b>153.531,40</b>	<b>51,38%</b>
<b>Outros</b>	<b>562.561,00</b>	<b>446.360,43</b>	<b>328.623,64</b>	<b>58,42%</b>
<b>Total</b>	<b>8.504.456,00</b>	<b>6.045.022,53</b>	<b>2.455.990,79</b>	<b>28,88%</b>

Face ao que foi referido e pela análise do peso de cada um dos objectivos definidos no plano pode-se concluir que, considerando o investimento pago, o objectivo *comunicações e transportes* reúne 60% dos valores investidos, seguido do objectivo *outros* com um peso relativo de 14% do total do investimento, bem inferior ao peso relativo ao primeiro objectivo referido. Logo de seguida surgem os objectivos *saúde*, *saneamento e salubridade* e o objectivo residual *diversos*, com um peso relativo semelhante no total do investimento efectuado, na ordem dos 6%.



Apesar da relevância da análise por objectivos e programas, que correspondem às grandes metas definidas pelo executivo e demonstram a forma como estas devem ser atingidas, pode ser importante efectuar-se uma breve análise aos projectos englobados em cada um dos eixos referidos, já que alguns, quer pela importância para a dinâmica municipal, quer pelos valores envolvidos, quer ainda pela complexa programação plurianual a que estão sujeitos, apresentaram valores correspondentes às suas execuções que podem não ser lineares, nem imediatamente perceptíveis ou merecem, simplesmente, ser destacados. Na sequência do que tem vindo a ser dito, devem destacar-se os eixos viários construídos durante o exercício de 2009 e que obrigaram e obrigarão ainda em 2010 a esforço suplementar desta autarquia, perfeitamente justificável face à sua importância para as acessibilidades à cidade de S. Pedro do Sul e para a ligação da zona mais central desta para as localidades limítrofes e para os eixos rodoviários principais, onde se concentra mais tráfego automóvel: os projectos de *Ligação da EN 227 e EN 16 à ER 228*, de *Ligação da A24 à ER 228 – 1ª fase* e de *Ligação da Av. Sá Carneiro à EN 16*. Em conjunto e só referente a obras, abarcam um investimento de cerca de 3,5 milhões de euros que, apesar de serem objecto de

comparticipação comunitária, tem um peso elevado no desempenho orçamental municipal.

Para além destes, pode destacar-se igualmente, embora com uma relevância financeira menor, o projecto de *reparação de estradas e caminhos no concelho*, para o qual foram destinados mais de 500 mil euros, num esforço claro de dotar as localidades mais distantes de boas acessibilidades. Também para as zonas mais afastadas da sede de concelho os projectos relativos à ampliação e remodelação do *sistema concelhio integrado de saneamento básico* e do *sistema concelhio de abastecimento básico* concentraram uma boa parte do investimento, confirmando a sua importância para a gestão municipal.

#### Actividades Mais Relevantes

O mapa das Actividades Mais Relevantes inclui todas as actividades que, apesar de não serem investimentos, assumem uma grande importância para a actividade municipal e como tal, estão inscritas nas GOP's e cumprem as regras de execução deste documento. As actividades inscritas no documento deste Município foram objecto de uma dotação de cerca de 565 mil euros, dos quais cerca de 405 mil euros foram realizados e mais de 305 mil euros foram efectivamente pagos até ao final do exercício. Este desempenho garantiu uma taxa de realização de 72% e uma taxa de execução total de 54%, acima da média dos projectos inscritos nas GOP's, uma vez que não são, na sua generalidade, tão complexas como outros projectos de investimento já abordados.

Na análise deste mapa por objectivos, pode confirmar-se que, à semelhança do que vem acontecendo em anos anteriores, é na *cultura, desporto e tempos livres* que se concentra o maior número de actividades relevantes e as mais dispendiosas. Em 2009, para as actividades deste objectivo foram pagos aproximadamente 247 mil euros, o que representa 63% do valor previsto, essencialmente concentrados nas actividades da agenda cultural, do apoio e fomento à cultura e ao desporto. Sublinhe-se que o



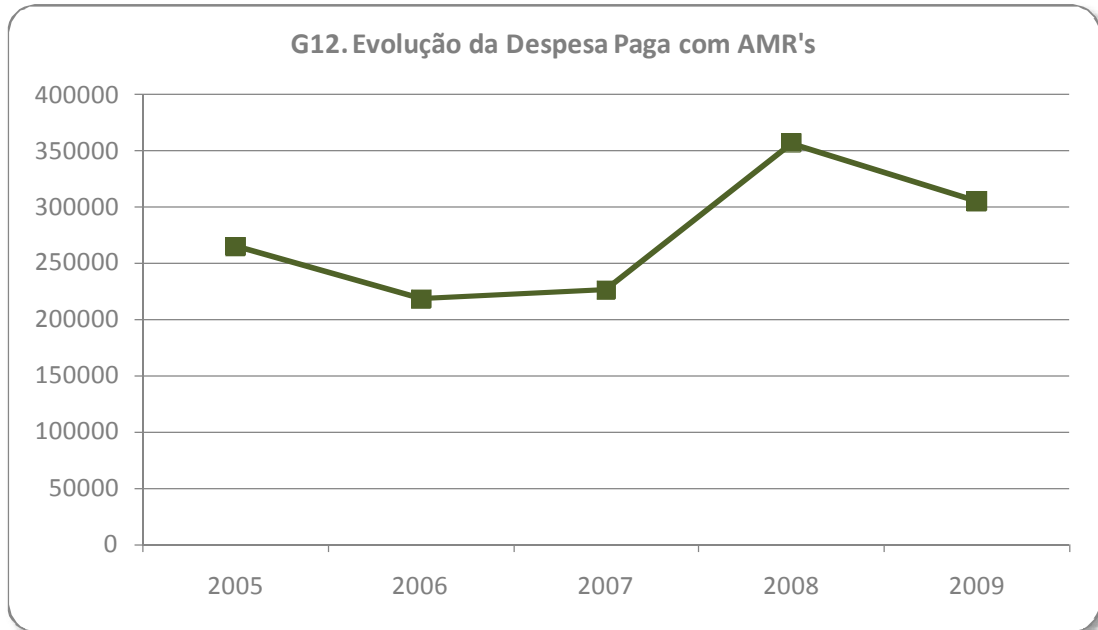
montante realizado foi próximo do financiamento previsto, situando-se em praticamente 319 mil euros.

O segundo objectivo que concentrou mais recursos foi o de *desenvolvimento económico e abastecimento público* porque inclui as actividades de promoção do concelho para as quais, neste ano, foram previstos quase 88 mil euros, dos quais foram realizados mais de 73 mil e pagos cerca de 53 mil euros. Os restantes objectivos incluem actividades e projectos menores que, apesar da sua importância, não registaram fluxos financeiros relevantes.

#### Q17. Execução das Actividades Mais Relevantes por Objectivos

Designação	Fin. Definido (€)	Realizado (€)	Pago (€)	% Execução
Cultura, Desporto e T. L.	394.700,00	318.627,54	247.225,04	62,64%
Acção Social	10.200,00	5.098,64	5.098,64	49,99%
Habitação e Urbanização	1.000,00	0,00	0,00	0,00%
Saneamento e Salubridade	59.000,00	0,00	0,00	0,00%
Desen. Ec. e Abast. Público	87.656,00	73.611,67	53.024,86	60,49%
Diversos	12.600,00	7.500,00	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>565.156,00</b>	<b>404.837,85</b>	<b>305.348,54</b>	<b>54,03%</b>

Apesar do que acabou de se referir, pode confirmar-se pela análise do gráfico apresentado em seguida, que o valor total canalizado para as actividades mais relevantes foi superior ao valor que vinha sendo deslocado para estas actividades ao longo dos anos anteriores, com a evidente excepção do exercício de 2008 pelos motivos já descritos. Esta análise é facilitada porque as actividades incluídas neste mapa não têm sofrido alterações relevantes nos últimos exercícios.



## 2.5. Indicadores Orçamentais

Como complemento à análise efectuada anteriormente, apresenta-se, em seguida, um conjunto de indicadores de natureza orçamental que permitem avaliar a importância de algumas grandezas da execução orçamental municipal e efectuar uma comparação com exercícios anteriores.

## Q18. Evolução dos Rácios Orçamentais

Designação	Rácio	2006	2007	2008	2009
Grau de Cobertura Global das Despesas	Receita total / Despesa total	96%	99%	102%	100%
Grau de Cobertura Global das Despesas sem Recurso ao Crédito	(Receita total - Passivos financeiros) / Despesa total	94%	98%	99%	83%
Peso dos Impostos nas Receitas	Impostos directos e indirectos / Receita total	9%	7%	5%	8%
Peso dos Empréstimos nas Receitas	Passivos financeiros / Receita total	2%	1%	3%	17%
Peso do Encargos de Longo Prazo nas Despesas	Serviço da Dívida LP / Despesa total	13%	11%	6%	7%
Peso do Investimento nas Despesas	Investimento / Despesa total	20%	27%	35%	15%
Grau de Cobertura de Bens de Capital pelas Tranf. Capital	Transf. Capital / Aquisições de bens de capital	149%	93%	41%	130%

Pela análise dos resultados apresentados, pode-se verificar o seguinte:

- As receitas cobriram a totalidade das despesas e registaram valores muito próximos (100%), não havendo assim influencia na variação dos saldos de fim de exercício;
- As receitas totais expurgadas de passivos financeiros diminuíram o seu peso no total das despesas, estando agora nos 83%, o que reflecte a influência dos financiamentos obtidos no exercício, nomeadamente, devido ao recurso ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado;
- O peso dos impostos na receita mantém-se baixo, apesar de ter aumentado em relação ao ano anterior, demonstrando a maior importância assumida por outras receitas;
- Na sequência do que foi referido, verificou-se um aumento do peso dos passivos financeiros nas receitas, no exercício em análise, atingindo os 17%, na sequência do recurso aos financiamentos já mencionados;

- Contudo, os encargos com a dívida de médio ou longo prazos mantêm-se reduzidos na estrutura das despesas, tendo um peso de apenas 7%, o que demonstra a independência financeira da autarquia em relação aos compromissos bancários;
- Após um ano com um nível de investimento excepcional, o exercício de 2009 registou um valor para investimentos menos substancial no desempenho orçamental;
- Os investimentos foram totalmente cobertos pelas transferências de capital obtidas e ainda se verificou um excedente deslocado para a liquidação de outro tipo de despesas.

### 3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise das demonstrações financeiras do Município permite uma apreciação da sua situação económica, financeira e patrimonial. Apresentam-se neste capítulo versões resumidas dos principais mapas, Balanço e Demonstração de Resultados, permitindo que se apreciem os resultados do exercício e o comportamento do património municipal, devendo ter-se sempre presente que a actuação da gestão não tem como objectivo a maximização de resultados, mas sim do benefício público e social, não descurando a importância do crescimento do seu património como forma de ampliar os instrumentos disponíveis para satisfazer as necessidades da população.

Complementa-se a análise com um conjunto de indicadores de natureza patrimonial, que permitem a comparação da situação com anos anteriores, e apresenta-se uma breve análise à dívida municipal e ao cumprimento dos limites legais de endividamento.

#### 3.1. Análise do Balanço

Pela análise do Balanço a 31/12/2009 verifica-se que o valor do Activo líquido (expurgado de amortizações e provisões) se situa nos 51,847 milhões de euros, tendo aumentado cerca de 7%, em relação ao valor obtido no final do exercício de 2008.

Pode ainda confirmar-se que, das componentes do Activo, o *imobilizado* tem, obviamente, um peso muito elevado compreendendo quase a totalidade do valor daquele, situando-se nos 48,596 milhões de euros. Registou, no exercício em análise, um aumento de cerca de 5% em resultado de aquisições e construção de bens desta natureza, que superou a desvalorização dos existentes, evidenciada no elevado valor das amortizações. Das rubricas que o compõem, a mais representativa é a de *bens de domínio público*, onde se incluem os bens públicos ou da comunidade geridos pela autarquia, que viu o seu valor aumentado em mais de 4%, situando-se agora nos

36,465 milhões de euros. Acrescente-se que é nesta rubrica que se incluem bens de utilização colectiva de elevado valor e sujeitos a grandes intervenções, tais como, a rede viária, os caminhos públicos, entre outros. Das restantes rubricas, constata-se que o valor das *imobilizações corpóreas*, que incluem os bens do património da autarquia, também aumentou neste exercício, cerca de 10%, atingindo os 9.395 milhões de euros, enquanto que os investimentos financeiros se mantiveram inalterados, com um valor de 2,736 milhões de euros.

Por outro lado, o valor do *circulante* foi diminuído em cerca de 4%, totalizando 1,721 milhões de euros, em virtude da diminuição do valor em *depósitos em inst. financeiras e caixa*, em cerca de 44%, que não foi compensado pelos aumentos registados, quer nas existências, quer nas dívidas de terceiros, cujos aumentos relativos foram até significativos, na ordem dos 79%, mas de inferior valor absoluto. Note-se, contudo, que a diminuição mencionada nas disponibilidades era já esperada, uma vez que o valor verificado em 2008 foi um valor excepcional e ainda espelhava as consequências da mencionada alienação de elevado montante ocorrida nesse exercício.

Ainda na composição do Activo, deve sublinhar-se que o valor dos *acréscimos e diferimentos* verificou um crescimento muito significativo em relação aos valores de 2008, na ordem dos 198%, atingindo os 1,531 milhões de euros. Convém, contudo, sublinhar que este valor obtido resulta do montante elevado registado na conta de *acréscimo de proveitos*, em resultado, essencialmente, da aplicação do princípio contabilístico da especialização aos valores do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Derrama, que levou a que se considerassem proveitos do exercício de 2009, os valores previstos de liquidação e cobrança para 2010, precisamente porque àquele exercício dizem respeito. Contudo, como foi o primeiro ano de aplicação deste princípio a estes impostos, ficaram registados como proveitos do exercício as cobranças efectuadas em 2009 e as previsões de cobranças de 2010, havendo assim uma quase duplicação dos valores. Para que este procedimento não prejudicasse os resultados, foi efectuada uma correcção ao montante cobrado ao longo de 2009 (porque diz respeito aos impostos do ano de 2008) utilizando a conta 59 – resultados transitados.

Do lado do Passivo, o valor obtido foi de 22,876 milhões de euros, tendo crescido 17%, em consequência do aumento do valor das dívidas a terceiros de curto prazo. Este aumento ficou a dever-se, em parte, à transferência da fracção do saldo em dívida a instituições de crédito referente ao valor a pagar em 2010, que nos documentos de anos anteriores era incluído nas *dívidas a terceiros de médio e longo prazo* e que transitou para a componente de curto prazo, face ao seu horizonte de pagamento. Para além do motivo agora apontado, também o aumento dos valores das dívidas a *fornecedores c/c, fornecedores de imobilizado e outros credores* contribuíram para o aumento das *dívidas de terceiros de curto prazo*, motivado, fundamentalmente, pela execução de vários investimentos de elevado montante, sem que se tivesse obtido a correspondente comparticipação nacional e comunitária.

O valor das *dívidas a terceiros de médio e longo prazos* foi diminuído em cerca de 3%, mesmo depois da contracção de um financiamento ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), devido às amortizações efectuadas ao longo do exercício relativas aos empréstimos contratados e à transferência da componente de curto prazo incluída nessas dívidas, conforme foi atrás referido.

Nas contas de *acréscimos e diferimentos* do Passivo, os valores registados são inferiores em cerca de 9% em relação aos valores de 2008, devido, quer à diminuição do acréscimo de custos no exercício (custos a reconhecer no exercício cujos pagamentos ocorrem no exercício seguinte), quer nos proveitos diferidos (proveitos a reconhecer em exercícios seguintes) associados, na sua quase totalidade, a subsídios para investimentos em bens amortizáveis.

Os Fundos Próprios apresentaram um valor total de 28,971 milhões de euros, valor este ligeiramente inferior ao verificado em 2008. Na análise das suas contas verifica-se que o aumento dos valores do *património*, das *reservas* e dos *resultados transitados*, foi praticamente igual à diminuição do valor do *resultado líquido do exercício*, em aproximadamente 6,6 milhões de euros, que passou a apresentar um valor negativo, pelos motivos que se analisam no ponto seguinte.

## Q19. Balanço resumido

Designação	2009 (€)	2008 (€)	Var. 08/09
<b>ACTIVO</b>			
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>48.595.718,28</b>	<b>46.323.462,19</b>	<b>4,91%</b>
Bens de domínio público	36.464.774,34	35.024.869,91	4,11%
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00%
Imobilizações corpóreas	9.395.123,43	8.562.771,77	9,72%
Investimentos financeiros	2.735.820,51	2.735.820,51	0,00%
<b>Circulante</b>	<b>1.721.174,16</b>	<b>1.798.655,82</b>	<b>-4,31%</b>
Existências	238.338,38	133.122,63	79,04%
Dívidas de terceiros -c. prazo	792.489,82	441.848,87	79,36%
Títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00%
Depósitos em inst. financ. e caixa	690.345,96	1.223.684,32	-43,58%
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>1.530.573,53</b>	<b>512.779,13</b>	<b>198,49%</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>51.847.465,97</b>	<b>48.634.897,14</b>	<b>6,61%</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos próprios</b>	<b>28.971.232,98</b>	<b>29.015.642,09</b>	<b>-0,15%</b>
Património	27.525.623,18	27.253.376,00	1,00%
Reservas	728.282,24	416.657,16	74,79%
Resultados transitados	1.146.385,69	-4.886.892,66	123,46%
Resultado líquido do exercício	-429.058,13	6.232.501,59	-106,88%
<b>Passivo</b>	<b>22.876.232,99</b>	<b>19.619.255,05</b>	<b>16,60%</b>
Dívidas a terceiros -m/longo prazo	7.251.308,30	7.503.257,45	-3,36%
Dívidas a terceiros -c. prazo	8.720.446,51	4.526.019,17	92,67%
Acréscimos e diferimentos	6.904.478,18	7.589.978,43	-9,03%
<b>Total de Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>51.847.465,97</b>	<b>48.634.897,14</b>	<b>6,61%</b>

### 3.2. Análise da Demonstração de Resultados

Pela análise da Demonstração de Resultados do Município, cuja versão resumida se apresenta em seguida, pode verificar-se que a estrutura de Custos e Perdas atingiu um valor total de 14,274 milhões de euros, inferior em 6% aos valores de 2008. Porém, o valor total apurado de Proveitos e Ganhos foi também inferior ao apurado em 2008, situando-se na ordem dos 13,845 milhões de euros, o que representa uma diminuição de cerca de 35%, diferença esta justificada pelo valor elevado obtido em 2008 devido ao proveito excepcional referente à mais-valia da alienação do balneário D. Afonso Henriques.

Analisando os valores das rubricas que compõem a estrutura de Custos e Perdas, pode concluir-se que os custos operacionais, como é normal, mantêm um peso mais elevado no total dos custos, tendo praticamente mantido os valores de 2008, na ordem dos 13,340 milhões de euros. Das rubricas que compõem este valor, destaca-se naturalmente o valor dos *custos com pessoal*, que não apresenta variações relevantes face ao ano anterior, e se situou nos 6,395 milhões de euros. As rubricas respeitantes a *fornecimentos e serviços externos*, e *amortizações do exercício* apresentaram também valores significativos no total, tendo ambas registado aumentos, de 19% e 6% respectivamente, pelo facto de estarem associadas, em certa medida, aos investimentos que se realizaram, quer em anos anteriores com reflexos nas amortizações, quer no ano em análise devido aos custos indirectos associados. Em sentido contrário, registaram-se diminuições nos valores das rubricas *CMVMC* e *transferências e subsídios concedidos*, ainda que de valores absolutos bem inferiores.

Os *custos e perdas financeiros* situaram-se em 297 mil euros, valor bem abaixo do verificado em anos anteriores, o que não é, contudo, surpreendente face ao desempenho das taxas de juro de referência nos últimos meses. Uma diminuição expressiva sofreram também os valores dos *custos e perdas extraordinários*, superior a 50%, já que no exercício de 2008 tinham sido registadas nestas contas várias correcções de valores substanciais, que não ocorreram no exercício em análise.

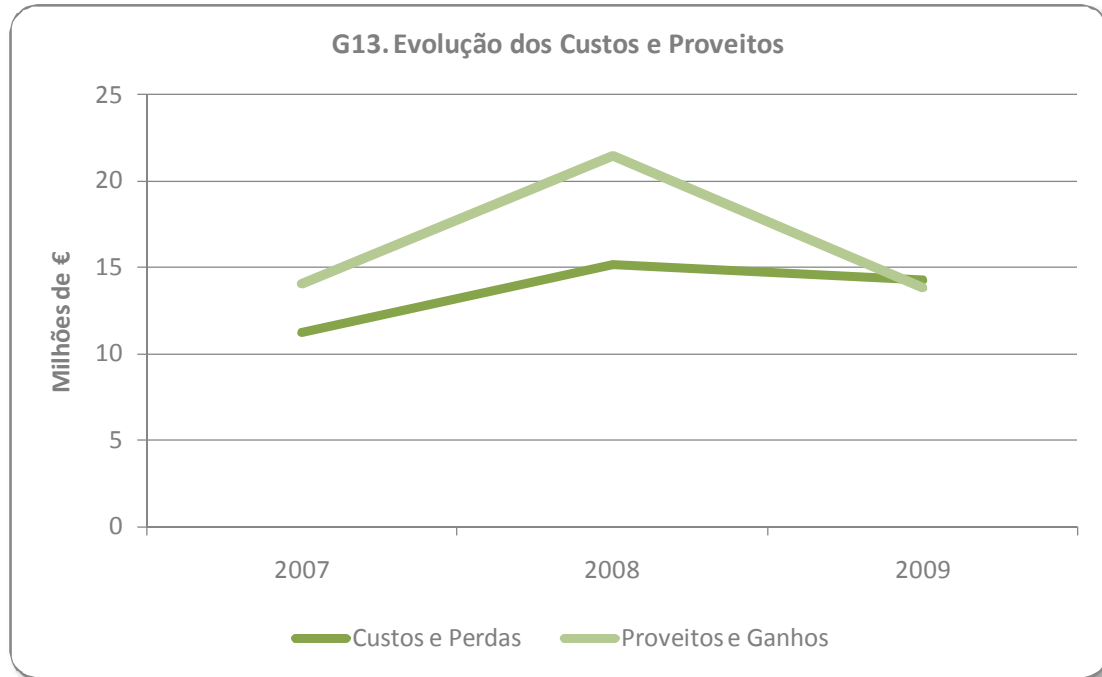
Relativamente aos Proveitos e Ganhos, verificou-se um decréscimo expressivo, na ordem dos 35%, tendo-se obtido o valor de 13,845 milhões de euros. Este decréscimo foi motivado pela diminuição drástica dos valores dos *proveitos extraordinários*, já que, como foi anteriormente referido, foi obtido um valor excepcional em 2008 resultante da mais-valia gerada pela alienação do imóvel do património municipal, sem que se registasse, em 2009, qualquer proveito desta natureza em montante semelhante. Os *proveitos operacionais* atingiram o valor de 11,848 milhões de euros, tendo aumentado 7% em relação aos valores do exercício anterior, para o qual contribuíram todas as rubricas desta natureza, com especial ênfase para o aumento do valor das *transferência e subsídios obtidos, dos impostos e taxas e vendas e prestações de serviços*, que no seu conjunto registaram um acréscimo de mais de 760 mil euros.

Os *proveitos e ganhos financeiros* registaram uma diminuição de quase 10% em consequência da diminuição dos juros obtidos e dos rendimentos das participações de capital, apresentando um valor total de 1,251 milhões de euros.

Na sequência dos valores obtidos, o *resultado líquido do exercício* foi negativo em cerca de 429 mil euros, significando uma diminuição de 107% do valor obtido no exercício transacto. Desta forma, não surpreende que os *resultados correntes* tenham sido também negativos, mesmo com um valor positivo nos *resultados financeiros* que não foi suficiente para cobrir o desequilíbrio da estrutura corrente. Deve acrescentar-se, ainda, que os resultados obtidos devem ser interpretados com algumas reservas porque a actuação do executivo municipal não tem como objectivo principal a obtenção de resultados contabilísticos positivos, como acontece no meio empresarial privado, sendo preocupação primeira a maximização do bem-estar dos munícipes através da satisfação das necessidades públicas mais relevantes, sem descuidar, todavia, o equilíbrio financeiro da instituição.

## Q20. Demonstração de Resultados resumida

Designação	2009 (€)	2008 (€)	Var. 08/09
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
<b>Custos e perdas operacionais</b>	<b>13.340.289,71</b>	<b>13.332.656,45</b>	<b>0,06%</b>
CMVMC	89.844,06	181.872,26	-50,60%
Fornecimentos e serviços externos	4.138.631,98	3.487.784,52	18,66%
Custos com pessoal	6.395.214,75	6.366.555,54	0,45%
Transferências e subs. conced.	331.225,57	1.076.207,25	-69,22%
Amortizações do exercício	2.323.026,04	2.189.955,07	6,08%
Outros custos e perdas operacionais	62.347,31	30.281,81	105,89%
<b>Custos e perdas financeiros</b>	<b>297.496,12</b>	<b>590.821,01</b>	<b>-49,65%</b>
<b>Custos e perdas extraordinárias</b>	<b>636.429,57</b>	<b>1.286.608,16</b>	<b>-50,53%</b>
<b>Total de Custos e Perdas</b>	<b>14.274.215,40</b>	<b>15.210.085,62</b>	<b>-6,15%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
<b>Proveitos e ganhos operacionais</b>	<b>11.847.688,27</b>	<b>11.055.648,52</b>	<b>7,16%</b>
Vendas e prestações de serviços	818.726,25	733.624,02	11,60%
Impostos e taxas	1.436.093,11	1.328.006,57	8,14%
Transferências e subsídios obtidos	8.979.902,41	8.410.425,69	6,77%
Outros proveitos e ganhos oper.	612.966,50	583.592,24	5,03%
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>	<b>1.251.411,68</b>	<b>1.388.650,11</b>	<b>-9,88%</b>
<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>	<b>746.057,32</b>	<b>8.998.288,58</b>	<b>-91,71%</b>
<b>Total de Proveitos e Ganhos</b>	<b>13.845.157,27</b>	<b>21.442.587,21</b>	<b>-35,43%</b>
<b>RESULTADOS</b>			
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-1.492.601,44</b>	<b>-2.277.007,93</b>	<b>34,45%</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>953.915,56</b>	<b>797.829,10</b>	<b>19,56%</b>
<b>Resultados Correntes</b>	<b>-538.685,88</b>	<b>-1.479.178,83</b>	<b>63,58%</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-429.058,13</b>	<b>6.232.501,59</b>	<b>-106,88%</b>



### 3.3. Indicadores Patrimoniais

A escolha de indicadores com interesse na análise económica e financeira das autarquias não é fácil nem linear e resulta, inevitavelmente, da adaptação de rácios utilizados para o sector empresarial, cujo interesse e oportunidade serão sempre discutíveis. Apesar disso e tal como efectuado anteriormente na análise orçamental, apresentam-se, seguidamente, os resultados de alguns indicadores de análise patrimonial, obtidos com base nos dados do balanço e que permitem extrair algumas conclusões sobre a sua evolução ao longo dos últimos 4 anos.

## Q21. Evolução dos Rácios Económico-financeiros

Designação	Rácio	2006	2007	2008	2009
Coeficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	121%	124%	148%	127%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Activo Total	55%	55%	60%	56%
Liquidez Geral	Circulante / Passivo de Curto Prazo	10%	7%	40%	20%
Grau de Dependência do Médio/Longo Prazo	Dívida M/L Prazo / Activo Total	21%	18%	15%	14%
Endividamento	Dívidas a terceiros / Fundos Próprios + Passivo	44%	44%	25%	31%

Dos resultados obtidos nos indicadores apresentados pode concluir-se que:

- A solvabilidade decresceu no exercício de 2009 em relação ao resultado obtido em 2008, mas continua superior aos valores dos anos anteriores, o que revela que o Município continua com perfeita capacidade para solver todos os seus compromissos, ou seja, os seus fundos próprios são superiores aos valores da dívida;
- A autonomia financeira continua bastante razoável, evidenciando que os fundos próprios cobrem uma grande parte do activo, havendo pouca dependência de financiamentos externos;
- A liquidez geral diminuiu face a 2008, mas mantém-se superior aos valores de anos anteriores, revelando que uma parte dos compromissos de curto prazo pode ser coberta num horizonte temporal reduzido;
- O grau de dependência de médio/longo prazo é muito reduzida e diminuiu neste exercício, o que significa que a autarquia não é relevantemente dependente dos capitais alheios de médio e longo prazos;
- O endividamento subiu ligeiramente continuando em níveis aceitáveis, não havendo um peso excessivo dos capitais alheios no financiamento das actividades.

### 3.4. Evolução da Dívida Municipal

O clima de crise que se vive actualmente tem motivado as mais diferentes opiniões sobre o papel das administrações na resolução dos problemas que esta tem trazido, sendo quase consensual que, quer o governo, quer as autarquias, pela importância que têm no incentivo da actividade económica nacional, não podem simplesmente cortar os níveis de despesa pública para o mínimo que garanta os bens públicos essenciais aos cidadãos, porque isso levaria ou agravaria o clima de recessão, trazendo ou aprofundando inevitavelmente novos problemas sociais e económicos que se devem evitar ou minimizar a todo os custo.

Todavia, este tipo de postura associada às limitações próprias das conjunturas desfavoráveis, onde a cobrança de receitas próprias é condicionada e a obtenção de crédito em condições competitivas é dificultada, coloca as autarquias numa encruzilhada, onde, por um lado são incentivadas a manter as despesas, principalmente o investimento, e por outro são impedidas de exceder os limites de endividamento. As opções não são muitas e este executivo municipal tem procurado manter os níveis de investimento, as despesas sociais, o número de trabalhadores e um conjunto de actividades e projectos que garantam que os problemas gerados pela crise são sentidos de forma moderada ou mesmo evitados, conseguindo um equilíbrio entre as duas posições.

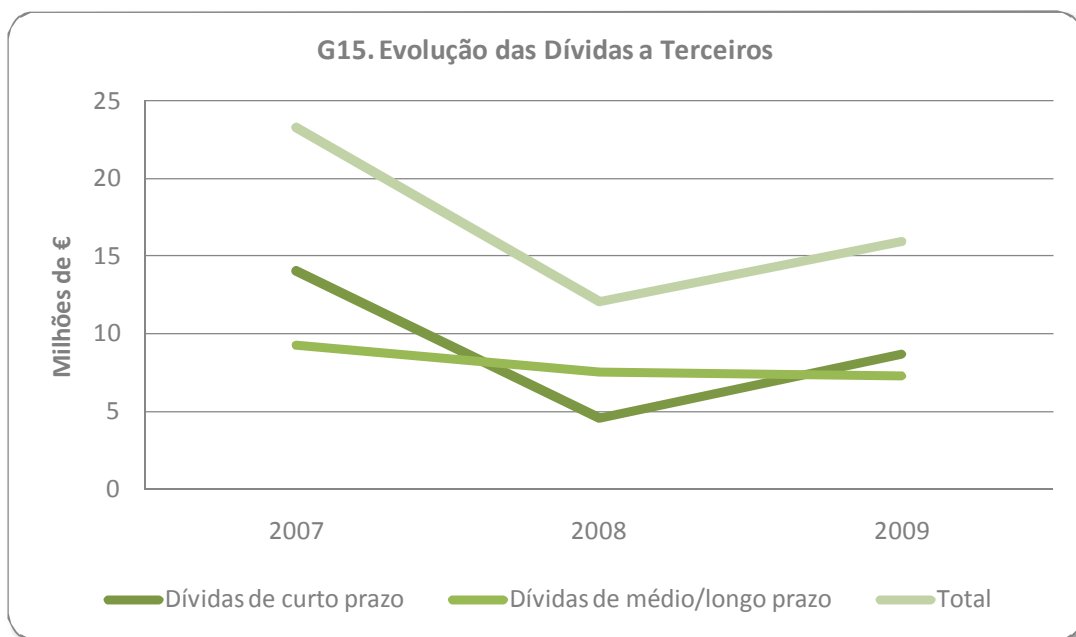
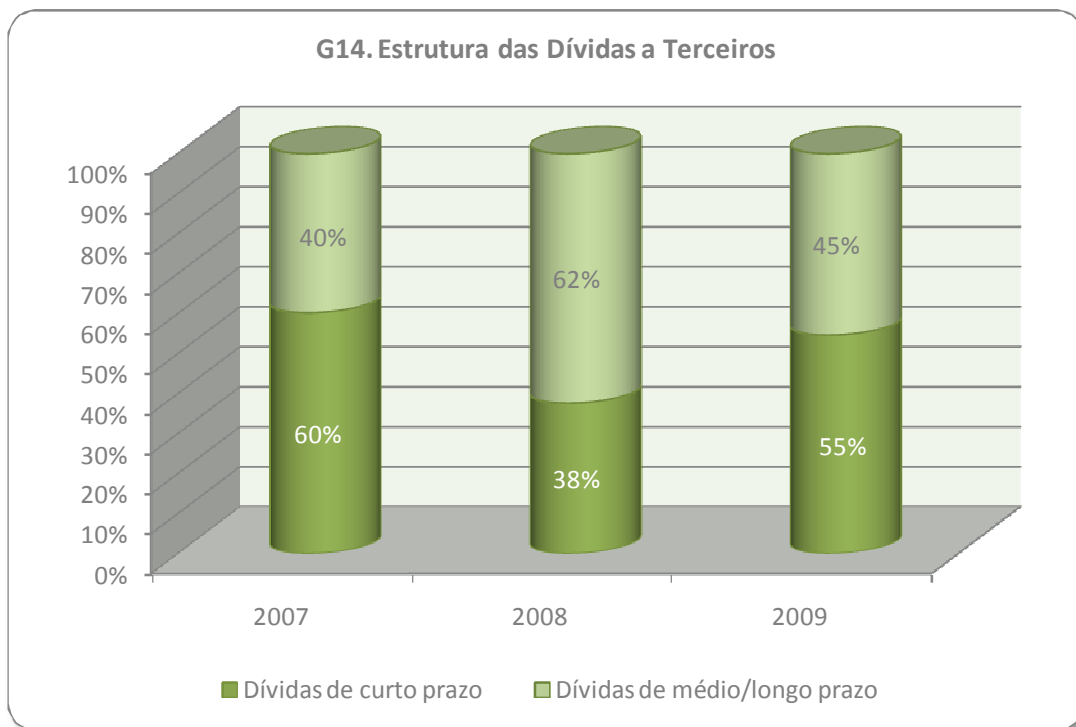
Neste sentido, no final do exercício de 2009 a dívida municipal totalizava 15,972 milhões de euros, tendo aumentado cerca de 33% relativamente aos níveis registados no final de 2008. Este aumento deveu-se ao crescimento considerável das dívidas de curto prazo, que atingiram os 8,72 milhões de euros, na sequência, por um lado, da já referida transferência da parte das dívidas de empréstimos de médio e longo prazos a pagar em 2010 para o curto prazo, e por outro, ao aumento dos débitos a fornecedores, em resultado dos fortes investimentos realizados, na sua maioria com participação nacional e/ou comunitária, em muitos casos ainda não recebida.

As dívidas de médio/longo prazo, constituídas pelas dívidas a instituições financeiras decorrentes de financiamentos contratados, totalizam 7,251 milhões de euros, tendo diminuído cerca de 3%, em resultado do cumprimento dos planos de amortização associados aos financiamentos e da transferência da componente atrás mencionada para curto prazo, mesmo considerando a contratação do financiamento de 2 milhões de euros, ocorrido durante o exercício em análise, ao abrigo do PREDE.

#### Q22. Evolução das Dívidas a Terceiros

Designação	2007 (€)	2008 (€)	2009 (€)
Dívidas de curto prazo	14.021.899,92	4.526.019,17	8.720.446,51
Dívidas de médio/longo prazo	9.263.755,41	7.503.257,45	7.251.308,30
<b>Total</b>	<b>23.285.655,33</b>	<b>12.029.276,62</b>	<b>15.971.754,81</b>

A estrutura da dívida a terceiros tem registado pequenas oscilações, com excepção do exercício de 2008 face à excepcionalidade dos valores obtidos, mantendo-se, em 2009, o peso das dívidas de curto prazo no total em 55%, enquanto que as dívidas de médio/longo prazo justificam os restantes 45%. Nota-se, ainda, pelo gráfico apresentado abaixo, que os valores da componente de médio/longo prazo são mais rígidos e mantêm o seu percurso de diminuição constante, enquanto que, como é próprio das suas características, as dívidas de curto prazo sofrem mais variações ao longo dos anos, directamente ligadas aos ritmos da actividade municipal.



### 3.5. Limites Legais de Endividamento

Nos termos da Lei nº. 2/2007, de 15 de Janeiro, (Lei das Finanças Locais), os Municípios são obrigados a cumprir os limites de endividamento definidos, no que diz respeito ao endividamento de curto prazo, endividamento de médio e longo prazos e endividamento líquido, de acordo com as seguintes definições:

- *Endividamento Líquido Municipal* – o montante do endividamento líquido de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior;
- *Endividamento de Curto Prazo* – o montante dos contratos de empréstimos de curto prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior;
- *Endividamento de Médio/Longo Prazos* - o montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Considerando os limites descritos, a situação do Município a 31/12/2009 é a apresentada no quadro seguinte:

## Q23. Situação do Endividamento Municipal a 31/12/2009

Designação	Limite (€)	Verificado (€)	Situação (€)	Utilização
Endividamento Líquido	11.502.668,34	10.922.710,85	Margem de 579.957,49	95%
Endividamento Curto Prazo	920.213,47	150.000,00	Margem de 770.213,47	16%
Endividamento M/Longo Prazos	9.202.134,67	7.972.440,33	Margem de 1.229.694,34	87%

Tal como se pode verificar, este Município está a cumprir todos os limites legais de endividamento, tendo, ainda, margens confortáveis nos limites ao endividamento de médio e longo prazos e, ainda que relativamente menor, no endividamento líquido, em resultado de um acompanhamento constante da sua situação ao longo do exercício económico. Note-se que, de acordo com a sua definição, a verificação do cumprimento do limite de endividamento de curto prazo tem que ser efectuada ao longo do exercício, já que este não se pode exceder em qualquer momento do ano. Assim, o valor apresentado é apenas indicativo da situação no final do exercício e não espelha o que aconteceu durante o ano, já que o valor do endividamento se situou, em grande parte do período, em 850 mil euros.

#### 4. CONTABILIDADE DE CUSTOS

Tal como já se tem referido ao longo deste relatório, as autarquias em geral enfrentam actualmente uma dificuldade em adequar os recursos disponíveis às suas necessidades. O tipo de receitas em relação às quais as autarquias têm maior poder e margem de manobra são basicamente as taxas, tarifas ou preços cobrados pela prestação ou disponibilização dos bens e serviços públicos ou municipais, sendo de extrema importância a informação que serve de base à ponderação dos valores a cobrar.

Neste sentido, o POCAL estabeleceu a obrigatoriedade da utilização de um sistema de Contabilidade de Custos no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços. Por outro lado, quer a Lei das Finanças Locais, quer o Regime das Taxas das Autarquias Locais estabelecem que os valores a aplicar não devem, em princípio, ser inferiores aos custos directos e indirectamente suportados com o fornecimento dos bens ou a prestação dos serviços, assumindo-se, assim, a importância da determinação desses custos.

Com base nos critérios definidos no POCAL, o Município de S. Pedro do Sul tem vindo a adaptar-se e a adoptar as medidas necessárias para a criação de um sistema de recolha de informação que permita, com auxílio de um sistema informático adequado, o apuramento dos valores impostos, com base nas regras definidas. Estas medidas revelaram-se, por vezes complexas, porque implicaram alterações na organização dos serviços e no seu funcionamento. Também a iniciação da utilização do sistema informático da AIRC se revelou complexo e moroso, já que esta associação ainda tem estado em fase de aperfeiçoamento das potencialidades do programa.

Após um longo período de preparação, o ano de 2009 marcou o arranque dos movimentos contabilísticos nas contas próprias da Contabilidade de Custos, com base nos planos definidos para o apuramento dos custos por bens e serviços e por centros de responsabilidade. Foi opção do Município efectuar igualmente o tratamento dos proveitos, com base nos mesmos planos de contas, permitindo, assim, uma



comparação entre os custos das funções, bens e serviços e os proveitos a estes associados.

Com efeito, e após tratamento de todos os custos e proveitos do exercício incorporáveis, foi já possível elaborar os documentos obrigatórios da Contabilidade de Custos que se consubstanciam nas seguintes fichas:

1. CC1 – Materiais
2. CC2 – Cálculo do custo/hora da mão-de-obra
3. CC3 – Mão-de-obra
4. CC4 – Cálculo do custo/hora de máquinas e viaturas
5. CC5 – Máquinas e viaturas
6. CC6 – Apuramento de custos indirectos
7. CC7 – Apuramento de custos de bem ou serviço
8. CC8 – Apuramento de custos directos da função
9. CC9 – Apuramento dos custos por função

Estes documentos, com base nos dados do exercício de 2009, estão já em arquivo próprio nos serviços municipais. Face à sua extensão, apresenta-se, em seguida, um mapa com o resumo do resultado de todo o trabalho efectuado ao longo do exercício, apresentando-se o valor total dos custos por função, com a desagregação por custos directos e indirectos a bens e serviços e custos indirectos a funções.

#### Q24. Apuramento dos Custos por Função

Função	Imputação	Valor (€)
<b>111 - Administração Geral</b>		
Directos a Bens e Serviços		247.135,05 €
Indirectos a Bens e Serviços		47.736,32 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 0,01 %	583,78 €
<b>Total</b>		<b>295.455,15 €</b>
<b>121 - Protecção Civil e Luta Contra Incêndios</b>		
Directos a Bens e Serviços		134.904,46 €
Indirectos a Bens e Serviços		13.156,81 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 1,32 %	27.805,95 €
<b>Total</b>		<b>175.867,22 €</b>

<b>211 - Ensino não Superior</b>		
Directos a Bens e Serviços		227.285,82 €
Indirectos a Bens e Serviços		81.973,55 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 1,78 %	66.272,84 €
<b>Total</b>		<b>375.532,21 €</b>
<b>212 - Serviços Auxiliares de Ensino</b>		
Directos a Bens e Serviços		1.528.746,43 €
Indirectos a Bens e Serviços		26.543,79 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 8,98 %	328.880,10 €
<b>Total</b>		<b>1.884.170,32 €</b>
<b>221 - Serviços Individuais de Saúde</b>		
Directos a Bens e Serviços		92.310,18 €
Indirectos a Bens e Serviços		110.559,64 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 0,98 %	42.586,56 €
<b>Total</b>		<b>245.456,38 €</b>
<b>231 - Segurança Social</b>		
Directos a Bens e Serviços		703,75 €
Indirectos a Bens e Serviços		50.678,70 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 0,00 %	5.105,55 €
<b>Total</b>		<b>56.488,00 €</b>
<b>232 - Acção Social</b>		
Directos a Bens e Serviços		18.334,55 €
Indirectos a Bens e Serviços		286.632,06 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 2,68 %	65.193,65 €
<b>Total</b>		<b>370.160,26 €</b>
<b>241 - Habitação</b>		
Directos a Bens e Serviços		580,06 €
Indirectos a Bens e Serviços		71.723,91 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 0,75 %	15.428,40 €
<b>Total</b>		<b>87.732,37 €</b>
<b>242 - Ordenamento do Território</b>		
Directos a Bens e Serviços		64.009,45 €
Indirectos a Bens e Serviços		370.523,50 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 4,33 %	93.136,16 €
<b>Total</b>		<b>527.669,11 €</b>
<b>243 - Saneamento</b>		
Directos a Bens e Serviços		199.089,19 €
Indirectos a Bens e Serviços		94.391,90 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 3,72 %	61.845,67 €
<b>Total</b>		<b>355.326,76 €</b>
<b>244 - Abastecimento de Água</b>		
Directos a Bens e Serviços		429.347,61 €
Indirectos a Bens e Serviços		95.337,90 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 4,51 %	107.738,53 €
<b>Total</b>		<b>632.424,04 €</b>

<b>245 - Resíduos Sólidos</b>		
Directos a Bens e Serviços		552.085,60 €
Indirectos a Bens e Serviços		49.882,85 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 7,38 %	120.421,12 €
<b>Total</b>		<b>722.389,57 €</b>
<b>246 - Protecção do Meio Ambiente e Cons. Natureza</b>		
Directos a Bens e Serviços		527.520,97 €
Indirectos a Bens e Serviços		106.889,76 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 3,64 %	133.375,13 €
<b>Total</b>		<b>767.785,86 €</b>
<b>251 - Cultura</b>		
Directos a Bens e Serviços		473.499,98 €
Indirectos a Bens e Serviços		247.532,76 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 3,95 %	154.138,81 €
<b>Total</b>		<b>875.171,55 €</b>
<b>252 - Desporto, Recreio e Lazer</b>		
Directos a Bens e Serviços		395.817,29 €
Indirectos a Bens e Serviços		488.803,18 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 11,58 %	185.919,01 €
<b>Total</b>		<b>1.070.539,48 €</b>
<b>253 - Outras Actividades Cívicas e Religiosas</b>		
Directos a Bens e Serviços		62.389,92 €
Indirectos a Bens e Serviços		20.452,66 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 0,43 %	15.888,63 €
<b>Total</b>		<b>98.731,21 €</b>
<b>310 - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca</b>		
Directos a Bens e Serviços		224.599,64 €
Indirectos a Bens e Serviços		193.799,01 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 2,25 %	82.717,13 €
<b>Total</b>		<b>501.115,78 €</b>
<b>320 - Indústria e Energia</b>		
Directos a Bens e Serviços		588.544,29 €
Indirectos a Bens e Serviços		83.816,24 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 12,19 %	124.832,88 €
<b>Total</b>		<b>797.193,41 €</b>
<b>331 - Transportes Rodoviários</b>		
Directos a Bens e Serviços		2.529.654,60 €
Indirectos a Bens e Serviços		80.159,40 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 23,82 %	541.943,51 €
<b>Total</b>		<b>3.151.757,51 €</b>
<b>341 - Mercados e Feiras</b>		
Directos a Bens e Serviços		15.795,38 €
Indirectos a Bens e Serviços		4.041,71 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 0,17 %	4.127,32 €
<b>Total</b>		<b>23.964,41 €</b>

<b>342 - Turismo</b>		
Directos a Bens e Serviços		17.578,75 €
Indirectos a Bens e Serviços		23.078,45 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 0,20 %	8.701,64 €
<b>Total</b>		<b>49.358,84 €</b>
<b>410 - Operações da Dívida Autárquica</b>		
Directos a Bens e Serviços		285.931,77 €
Indirectos a Bens e Serviços		- €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 3,04 %	62.394,59 €
<b>Total</b>		<b>348.326,36 €</b>
<b>420 - Transferências entre Administrações</b>		
Directos a Bens e Serviços		187.286,24 €
Indirectos a Bens e Serviços		- €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 2,01 %	37.569,27 €
<b>Total</b>		<b>224.855,51 €</b>
<b>430 - Diversas não Especificadas</b>		
Directos a Bens e Serviços		3.817,52 €
Indirectos a Bens e Serviços		43.684,02 €
Indirectos a Funções (293.044,42€)	Coef. Imputação: 0,27 %	10.022,61 €
<b>Total</b>		<b>57.524,15 €</b>

Note-se que os dados apurados devem ser analisados com algumas reservas, uma vez que, sendo o primeiro ano de apuramento, alguns custos ainda não foram tratados com os níveis de desagregação e pormenor aconselháveis e o sistema de produção e recolha de informação interna ainda não está em pleno funcionamento, havendo um conjunto de falhas, normais no início, mas que foram já identificadas e cuja correcção está já em curso.

Obviamente, um sistema contabilístico complexo como este, está em constante melhoramento e o nível de fiabilidade dos resultados que produz vai aumentando gradualmente. Ainda, assim, pode-se afirmar que o sistema do Município de S. Pedro do Sul, de acordo com informações da AIRC, está a evoluir rapidamente e encontra-se já muito perto do nível dos primeiros municípios a aplicar a Contabilidade de Custos.

## **5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

Considerando que o resultado líquido do exercício de 2009 apresenta um valor negativo de 429.058,13 euros, propõe-se, de acordo com o ponto 2.7.3 do POCAL, que se seja aplicado da seguinte forma:

1. O valor seja transferido para a conta 59 – Resultados transitados;
2. Não seja efectuado qualquer reforço do Património ou das Reservas.

## **6. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Após o termo do exercício e até à presente data não se registaram factos dignos de relevo.

## 7. PRESPECTIVA FUTURA

Tem-se assistido nos últimos anos a uma mudança nos objectivos e nos métodos de governação pública, com ênfase especial nas autarquias locais. Vários factores têm contribuído para esta mudança, que vão desde a saturação dos modelos de crescimento baseados num investimento canalizado unicamente para infra-estruturas, aos desequilíbrios financeiros das administrações, à estagnação económica, à dificuldade no avanço das políticas de componente mais social e humana e ao sentimento de desconfiança por parte dos cidadãos em relação aos responsáveis públicos.

Esta mudança tem levado a que a gestão pública se tenha aproximado da sociedade para a qual actua, começando a dar relevância a uma política bilateral, onde está constantemente presente o diálogo entre as várias posições, de forma a se ir procurando um ponto de equilíbrio entre os diversos interesses. Começa a haver uma tentativa constante de se equilibrarem as necessidades e as possibilidades públicas, substituindo as políticas unilaterais que privilegiavam interesses sectários. Esta política bilateral tem permitido que a responsabilidade seja muito mais partilhada, passando a administração pública parte da responsabilidade que detinha, para a sociedade e para o cidadão.

O avanço tecnológico e a proliferação da internet vieram aumentar o ritmo destas alterações. Assiste-se actualmente, quer na administração pública central, quer na administração local, à implementação rápida de projectos de *e-governance*, de desmaterialização de processos, de acesso e tratamento virtual dos assuntos e processos internos, com o objectivo de aproximar as pessoas aos serviços que para elas trabalham, facilitando-lhes o contacto, a interacção e o acesso à informação. Estas medidas permitem, também, aliar o aumento da eficácia e eficiência dos serviços à redução significativa de custos, à eliminação progressiva da carga burocrática e à flexibilização das relações de poder, antes muito mais rígidas.

Paralelamente, os cidadãos têm voltado a reconhecer a importância da sua actuação, ganhando consciência de que a sua passividade no passado só lhes trouxe prejuízos. Assiste-se progressivamente a uma maior participação da população nas decisões sobre o universo público, ganhando, deste modo, maior importância e influência, com o objectivo de garantir o seu bem-estar crescente. Isso mesmo é confirmado pela importância atribuída ao associativismo, às colectividades e às manifestações culturais. Por outro lado, esta crescente participação pode contribuir e até forçar a que a descentralização das decisões ocorra de forma mais célere. E esta descentralização trará, com certeza, benefícios para os interesses de cada, uma vez que a definição de políticas próxima dos munícipes e dos cidadãos, permitirá uma orientação muito mais objectiva para a resolução dos problemas concretos, próprios de cada comunidade.

Neste sentido, os municípios, pelas suas características, pelas suas atribuições e competências, pela proximidade às populações e pelo conhecimento que têm dos recursos e das necessidades locais, têm-se revelado os principais agentes de desenvolvimento local e assumem um papel fundamental, já que a sua escala é privilegiada para desenvolver estratégias adequadas de desenvolvimento. Com a implementação de novas medidas de aproximação e abertura à população, a intervenção municipal assume a maior importância e o desafio que se coloca é o de saber se devem continuar dependentes centralmente e passivos territorialmente ou se, ainda que com um grau de dependência elevado do poder central e principalmente da sua distribuição de recursos, desempenham um papel activo, mobilizador e defensor dos interesses das populações que representam.

**O Vereador da Câmara Municipal**

No uso das competências delegadas e subdelegadas,

Dr. José Alberto da Silva Alexandre e Sousa

